

A TRAGÉDIA EM GAZA

Como a política anti-Palestina de Netanyahu levou o Hamas a partir para o tudo ou nada e promover o maior ataque a Israel nos últimos 50 anos. Já são mais de 3 mil mortos na Terra Santa. Lula condena os ataques e clama por paz



Mohammed Salem/Reuters

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 16 de Outubro de 2023 Nº 117

Lula manda avião para resgate e quer saída de refugiados

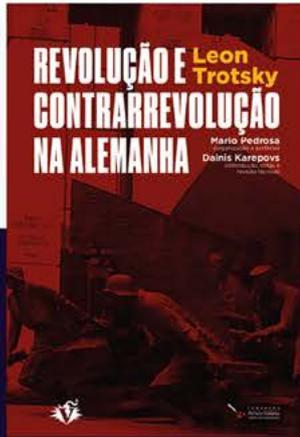
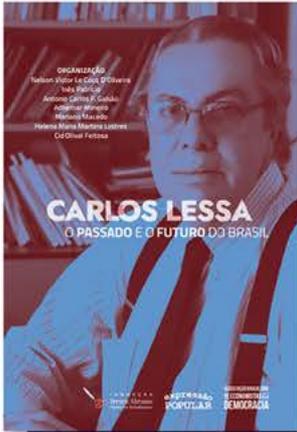
Efeito Lula: FMI vê alta de 3,1% do PIB do país em 2023

Banco dos BRICS empresta US\$ 1 bilhão ao Brasil

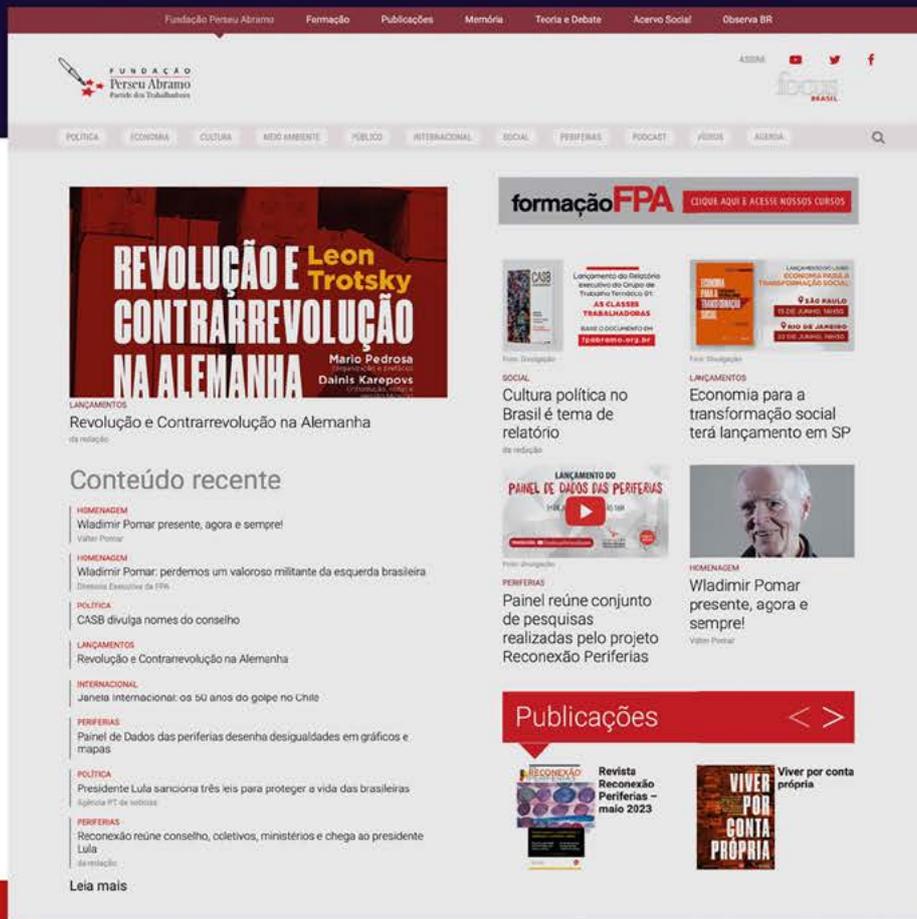
Maria Augusta Ramos conta os novos planos para a TV Brasil

Livro avalia ligação de Milton Nascimento com música latina

CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA



■ **ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!**



www.fpabramo.org.br



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



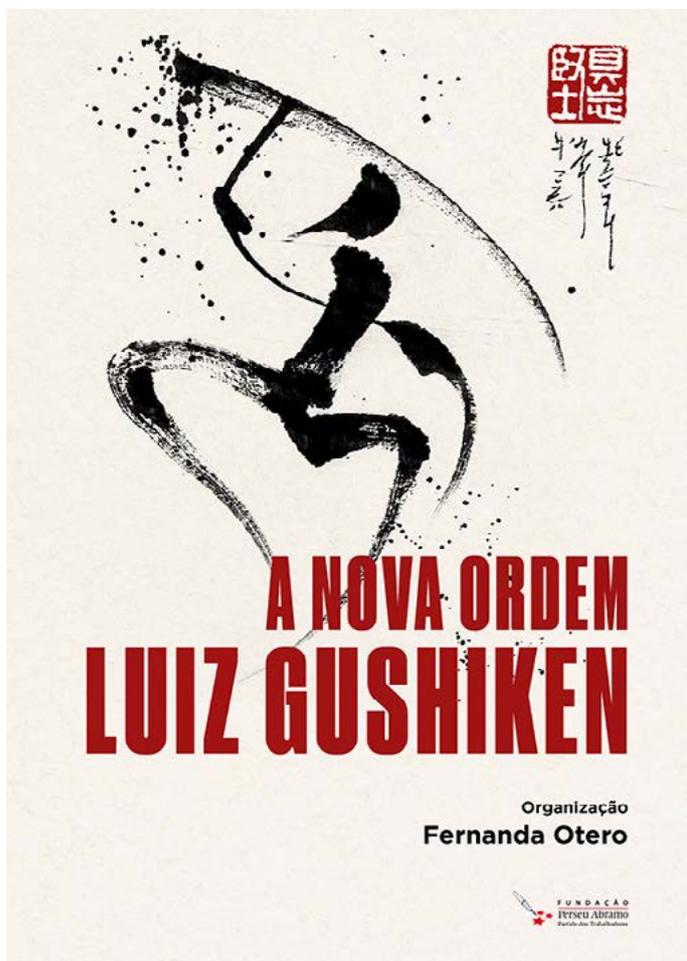
[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Bia Abramo,

Fernanda Estima, Guto Alves,

Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Olimpio Cruz Neto e Paulo Chagas



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

**CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFÉRIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuir com a Revista Reconexão Periféricas de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

REVISTA
RECONEXÃO
PERIFÉRIAS



Gabriel Sales

A GUERRA NA TERRA SANTA É UMA TRAGÉDIA

A ofensiva do Hamas contra Israel, atacando civis e que já resultou na morte de mil pessoas, mostra como a política de colonização levada a cabo pelo premiê Benjamin Netanyahu é um desastre para restabelecer as relações Israel-Palestina no Oriente Médio. Lula acerta ao tentar promover um cessar-fogo em busca da paz

Página 6

GUERRA. 300 mil palestinos estão desabrigados em Gaza, em meio às bombas

Página 9

GUERRA. Em artigo, Virgílio Guimarães fala que há solução para a crise

Página 21

MEMÓRIA. Crise dos Mísseis em Cuba coloca o mundo em suspensão

Página 30

GUERRA. Ataque do Hamas leva Israel a promover castigo a Gaza

Página 10

GUERRA. Lula aciona a FAB para resgatar brasileiros em Gaza e pede fim da guerra

Página 22

HISTÓRIA. A eleição indireta de Médici em 1969; e a Petrobrás chega ao pré-sal

Páginas 32 a 35

GUERRA. *WSJ* mostra como Israel imaginava que manipularia o Hamas

Página 14

GUERRA. Odair Cunha diz que é urgente a criação do Estado da Palestina

Página 23

MÚSICA. Livro mostra a relação entre a obra de Milton Nascimento na AL

Página 36

GUERRA. O jornal israelense *Haaretz* condena a política de Netanyahu a palestinos

Página 20

ECONOMIA. FMI diz que o PIB brasileiro vai crescer acima da média global

Página 26

TRIBUTO. Morre, em Belo Horizonte, Dom Mauro Morelli, aos 88 anos

Página 38



O VENENO DO FUNDAMENTALISMO

Alberto Cantalice

E injustificável, vista por qualquer parâmetro, a onda de ataques promovidas pelo grupo fundamentalista palestino Hamas no Estado de Israel, ocorrida no início da semana passada.

É óbvio que, ao se condenar os ataques do Hamas, não se pode esquecer o verdadeiro apartheid em que vivem a população palestina na Faixa de Gaza e em outros territórios ocupados pelos israelenses.

Essa ocupação desordenada se deu principalmente com a ascensão ao poder de Benjamin Netanyahu, em 1996 a 1999, de 2009 a 2021, e de dezembro de 2022 até o presente momento. Criou-se uma coalizão de extrema-direita de caráter ultraconservador e fundamentalista religioso, que garantiu a maioria para montar o novo governo.

Estimulador da colonização em Gaza e na Cisjordânia por colonos judeus, Bibi, como é conhecido, age ao arripio das decisões da Organização das Nações Unidas, que reiteradamente vem advogando a coexistência pacífica entre os dois povos: palestinos e israelenses. E decidiu pela constituição plena de dois Estados.

O governo de Israel transformou a Faixa de Gaza, praticamente, em uma espécie de campo de concentração. Dados mais recentes mostram que 70% dos 2,1 milhões de habitantes são refugiados das áreas de colonização israelense em Gaza.

A presença do Brasil na Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas abre ao país ao presidente Lula a oportunidade de mediar um cessar-fogo imediato. Também precisa patrocinar uma concertação internacional para a

construção plena da Palestina, fazendo cumprir as resoluções que garantem a existência dos dois povos vizinhos.

A exigência da abertura de um corredor pelo Egito para garantir a integridade dos que querem se retirar da região – como defendeu o presidente Lula – é uma medida acertada. Bem como a retirada dos brasileiros que lá se encontram.

O morticínio produzido pelo ataque do Hamas em Israel e pelo contra-ataque israelense na Faixa de Gaza fere todos os princípios internacionais. Não dá mais para a humanidade continuar sendo refém de fundamentalismos religiosos que descartam a humanização dos que não pensam da mesma maneira.

A separação da religião e da política foi o que permitiu o florescer da democracia. Sua junção é o caminho do caos.



SEM ESPERANÇA Mãe e filhos choram desesperados em mais um dia de bombas na Faixa de Gaza. O horror da guerra palestina-israelense assimétrica não poupa ninguém, enquanto líderes não intervêm para evitar a tragédia

UMA GUERRA INSUPORTÁVEL

Conflito entre israelenses e palestinos já dura 75 anos, mas os radicais do Hamas conseguiram desferir o maior ataque militar a Israel em anos, desencadeando uma reação brutal que pode ampliar a carnificina em plena Terra Santa, berço das três grandes religiões monoteístas: o judaísmo, o islamismo e o cristianismo



FÚRIA NA TERRA DE DEUS Desde os ataques do Hamas sobre Israel, no sábado, os palestinos que vivem em Gaza sofrem bombardeios pesados, que já mataram mais de 1.500 pessoas e deixaram pelo menos 6,2 mil feridos

Não há esperança de dias melhores na Terra Santa. O que era ruim ganhou proporções apocalípticas para os palestinos, depois que o Hamas decidiu aproveitar um feriado nacional em Israel para promover morte e destruição a civis israelenses. No último sábado, o grupo radical lançou o maior ataque a Israel em cinco décadas, com uma violência sem precedentes na maior ofensiva armada da organização nos territórios palestinos. O Hamas controla a Faixa de Gaza desde 2007. A última vez que Israel sofreu um ataque assim foi em 1973, na Guerra do Yom Kippur, o maior fracasso militar desde que o Estado foi criado.

Rompendo o cerco imposto pelo governo israelense há 16 anos, militantes do Hamas soltaram 2.500 foguetes contra território israelense, ao mesmo tempo que promovia uma invasão por terra, com centenas de combatentes abrindo fogo contra ci-

vis. O resultado foi sanguinário, com 250 mortos e 1.590 mil feridos. Autoridades do governo israelense declararam estado de guerra e emergência nacional, com a convocação de reservistas.

Enfurecido, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu instou os palestinos a saírem de Gaza e prometeu “reduzir os esconderijos do Hamas a ruínas”. Tem cumprido com fervor a promessa de um contra-ataque contra civis e inocentes que já ceifou em apenas uma semana pelo menos 3 mil mortos, sendo 1.500 palestinos. Ainda há 6.200 feridos em Gaza. Não há ainda sequer qualquer tipo de construção de corredores humanitários para entrada de médicos e equipes de ajuda a socorrer em Gaza.

Apenas na quarta-feira, com os ataques aéreos israelenses ininterruptos morreram pelo menos 151 palestinos em Gaza. O ministro israelense anunciou que não há eletricidade, combustível ou ajuda humanitária em Gaza

até que o Hamas libere todos os reféns. A fúria do governo de direita foi tão desproposital que até bombas com fósforo branco foram lançadas contra Gaza – este armamento é proibido, porque o produto incendeia em contato com o oxigênio e queima tudo. A bomba de fósforo branco é uma arma de guerra proibida pelo direito internacional. Mas isso não parece ser levado em consideração pelo governo de Netanyahu.

A Human Rights Watch denunciou crimes de guerra dos dois lados. Os ataques direcionados a civis por parte dos combatentes palestinos são violações do direito internacional, mas também a “punição coletiva” à população de Gaza por forças israelenses é imperdoável. É evidente que Israel é um Estado que tem o direito de se defender de ataques, mas mesmo nessas circunstâncias é obrigado a respeitar o direito internacional dos direitos humanos. As mortes de civis, incluindo crianças, causadas em Gaza pe-



Ali Mahmoud/AP

COLAPSO Sem ter para onde ir e sem corredor humanitário para fugir de Gaza, famílias feridas se arriscam a obter socorro no hospital da cidade

los bombardeios israelenses não são justificadas.

A ONG também destaca as décadas de repressão sistemática do Estado de Israel ao povo palestino que vive na cidade de Gaza, sobretudo a partir de 2007, quando o Hamas tomou o controle da região. A região está sitiada desde então. A cidade é considerada a maior prisão a céu aberto do mundo, com pelo menos 2,1 milhões de pessoas confinadas e sem ter direito a sair da região ou qualquer tipo de autonomia. Gaza é uma colônia vigiada e sob forte vigilância, debaixo do tacão do governo israelense, agora sob o comando de uma coalizão da direita com a extrema-direita.

O mais triste é saber que os ataques do Hamas vão colocar a crise humanitária que o povo palestino vive em segundo plano, tendo em vista que a possibilidade de uma acordo de paz entre palestinos e israelenses parece agora mais longe de uma resolução do que quando o Estado de Israel foi criado, há 75 anos. E ocorrem quando os Acordos de Oslo, patrocinados pela Casa Branca, completam 30 anos.

Hoje, ninguém no Oriente Médio acredita que a paz é pos-

sível. “Há uma percepção esmagadora de que a liderança palestina cometeu um grande erro há cerca de 30 anos”, diz o veterano pesquisador palestino Khalil Shikaki à BBC. “A crença de que a solução de dois Estados já não é viável também é esmagadora e isso deixa as pessoas muito mais deprimidas”.

Não há esperança em Gaza ou na Cisjordânia. A realidade dos palestinos é uma ocupação militar opressora que já dura mais de uma década. Quando os Acordos de Oslo foram assinados, em 1993, havia pouco mais de 110 mil colonos judeus vivendo na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental. Hoje, o número é superior a 700 mil.

Houve um tempo, na última década do século 20, que se acreditava que com os Acordos de Oslo, os líderes da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) – reconhecida na época por Israel como representante legítima do povo palestino – regressaram do exílio no exterior. A OLP havia renunciado ao terrorismo e reconheceu o direito do Estado de Israel de existir.

Ainda assim, cerca de 60% da Cisjordânia permaneceu sob total controle israelense, embo-

ra houvesse entre os palestinos quem acreditava que seria possível ao povo expandir seu domínio ao longo do tempo. Mas o progresso foi interrompido. O colapso das negociações de paz, em 2000, foi seguido pela fúria palestina quando o líder da oposição israelense, Ariel Sharon, visitou o local sagrado mais sensível de Jerusalém – o complexo da Mesquita de Al-Aqsa, conhecido pelos judeus como Monte do Templo – buscando promover a soberania israelense naquele local.

A violência mortal da segunda Intifada palestina abalou o processo de paz e fortaleceu a extrema-direita de Israel. Ao mesmo tempo, extremistas ganharam apelo quando o Hamas passou a controlar a Faixa de Gaza a partir de 2007. Embora as negociações tenham sido posteriormente mediadas pelos EUA, nada avançou. A última rodada fracassou em 2014.

Os últimos meses foram os mais sangrentos na Cisjordânia em anos, com ataques militares israelenses regulares, uma série de tiroteios por militantes palestinos e violência crescente por parte de colonos extremistas. Algumas regiões da Cisjordânia – particularmente nas áreas de conflito de Nablus e Jenin – saíram do controle da Autoridade Nacional Palestina. Militantes do Hamas e da Jihad Islâmica, ainda empenhados na luta armada contra Israel, passaram a influenciar a criação de grupos novos e mais pulverizados.

O ápice da tensão estaria relacionado à mesquita de Al-Aqsa, na área da cidade considerada sagrada por muçulmanos, judeus e cristãos. Em uma gravação de áudio divulgada no momento do ataque, Muhammad al-Deif, comandante da ala militar do Hamas, a Brigada al-Qassam, disse que a violência foi

uma retaliação ao que chamou de “ataques diários à mesquita Al-Aqsa” que “ousaram insultar nosso profeta dentro dos pátios da mesquita”.

Nos últimos anos, nacionalistas judeus já haviam aumentado as visitas ao complexo onde alguns sonham em construir um novo templo judaico, o que vem gerando críticas e reações dos palestinos. Em 2000, por conta da visita de Sharon houve a segunda Intifada, uma onda de revolta de palestinos que resultou na morte de 4 mil pessoas entre judeus e muçulmanos.

Em abril, a polícia israelense invadiu a mesquita usando granadas de efeito moral e balas de borracha, após uma disputa sobre atividades religiosas no local. Em julho, o ministro de Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben-Gvir, visitou o local, no que foi considerado uma provocação pelos palestinos. Em outras ocasiões, judeus inclusive chegaram a se disfarçar de muçulmanos para orarem ali.

Além deste fato, os ataques do último sábado também aconteceram em um momento de escalada de violência na Cisjordânia, região entre Israel e a Jordânia, reivindicada pelos palestinos, mas que tem a presença de forças israelenses desde 1967.

Cerca de 3 milhões de palestinos vivem na região da Cisjordânia (sem incluir os que moram em Jerusalém Oriental), onde também está localizada em Ramallah, a capital administrativa da Autoridade Nacional Palestina. Nos últimos anos, tem havido uma proliferação de assentamentos judaicos ali. Embora sejam considerados ilegais pela ONU, tais assentamentos são diretamente estimulados pelo governo israelense. É este o caldo de ressentimentos que explica a tensão que não se dissipa. •

300 MIL DESABRIGADOS

As condições em Gaza pioram e tornam-se terríveis à medida que Israel mantém a retaliação ao Hamas. Casa Branca manda Antony Blinken a Telavive

Com mais de 300 mil pessoas desabrigadas, a Organização das Nações Unidas alerta que a situação em Gaza caminha para se tornar o maior “desastre humanitário” no Oriente Médio em décadas. Na sexta-feira, 13, enquanto as tropas israelenses se movimentavam em direção à fronteira para uma possível invasão terrestre, o secretário de Estado Antony Blinken se reuniu com autoridades israelenses em Telavive.

Nada menos que 2,1 milhões de residentes em Gaza enfrentam a escassez crítica de alimentos, água e combustível, enquanto as tropas israelenses anunciam uma possível invasão terrestre após o ataque mortal do Hamas no fim de semana. O New York Times descreve que “Israel está espancando Gaza com uma ferocidade não vista em conflitos passados e cortou suprimentos vitais para o território”.

Os militares de Israel dizem que estão atingindo lugares usados pelo Hamas, que controla Gaza, incluindo mesquitas, casas e muitas localidades habitadas por civis. Palestinos dizem que os ataques aéreos estão causando danos indiscriminados a civis e locais civis, e observadores independentes confirmaram que escolas e ambulâncias foram destruídas. A situação é de pânico.

Os ataques de retaliação começaram depois que os terroristas do Hamas romperam a cerca da fronteira com Israel na manhã de sábado e atacaram cidades, kibutzim e uma base militar, matando mais de 1.200 pessoas, a maioria

deles civis, ferindo cerca de 3 mil e sequestrando cerca de 150 reféns, segundo o governo israelense.

A única usina de Gaza parou de gerar eletricidade na quarta-feira, 11, por falta de combustível. Foram desligados todos os aparelhos, de geladeiras até as luzes. Grande parte da região não tem água corrente. Os hospitais estão sobrecarregados com pacientes feridos e ficando sem suprimentos vitais. O combustível para geradores e veículos está diminuindo rapidamente. Alimentos e água já são bens escassos. Não está claro quando a ajuda humanitária pode ser permitida.

“Estamos enfrentando um enorme desastre”, disse Adnan Abu Hasna, funcionário da agência das Nações Unidas que ajuda os refugiados palestinos, por telefone ao New York Times. Ele permanece em Gaza. Ele descreveu as condições como “absolutamente horríveis”.

Com os Estados Unidos intensificando seus embarques de armas para Israel, o secretário de Estado norte-americano Antony J. Blinken se juntou ao primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, em uma base militar em Telavive. O encontro mandou uma mensagem clara para reforçar o apoio a Israel “enquanto a América existir”.

“Eu venho diante de você não apenas como secretário de Estado dos EUA, mas também como judeu”, disse Blinken. “Eu entendo em um nível pessoal os ecos angustiantes que os massacres do Hamas carregam para os judeus israelenses e em todos os lugares”. E afirmou: “Este é um momento para clareza moral.” •



Fátima Schbair/AP

DESESPERO E DOR Durante a última semana, homens e mulheres palestinos enterraram os corpos de mais de 1,1 mil pessoas, por conta dos bombardeios de Israel sobre Gaza. A tragédia já deixou mais de 4,3 mil feridos na cidade

O POVO DE GAZA É CASTIGADO

Bloqueio do território palestino desde 2007 criou uma grave crise humanitária em plena Terra Santa. Em Gaza, 80% da população depende da ajuda humanitária para sobreviver. Sob o domínio do Hamas e debaixo da opressão israelense, o povo palestino sofre os horrores da "guerra"

Imagine uma população de 2 milhões de pessoas vivendo confinada, a céu aberto, em território considerado inimigo, dependendo de ajuda humanitária para sobreviver. Isso é o que acontece na Faixa de Gaza, o enclave onde estão os palestinos, que ganhou as manchetes do mundo todo na última semana. A imensa população civil vive nas piores condições possíveis. Depois do ataque do Hamas no sábado, Gaza passou a ser alvo de ataques duros e pesados diaria-

mente organizados pelo governo de Benjamin Netanyahu.

As baixas de civis e Israel mostram o tamanho da carnificina. De acordo com a embaixada de Israel nos Estados Unidos, o número de israelenses mortos já é superior a 1 mil pessoas. O número de feridos supera 3,5 mil. Do outro lado, são mais de 1.100 palestinos mortos e 4.250 feridos por causa dos ataques aéreos de Israel, que visam zonas residenciais. À violência inédita do ataque dos militantes do Hamas, Israel contrapôs uma puni-

ção já bem conhecida dos palestinos, que ainda estão sem acesso a água, luz e comida. Os hospitais de Gaza entraram em colapso.

"O hospital está completamente cheio e as coisas começaram a ficar muito duras. E este é apenas o quarto dia", disse Ghassan Abu-Sittah, cirurgião do principal hospital da cidade de Gaza, al-Shifa, segundo relata o jornal britânico *The Guardian*. "A situação continua a se deteriorar, o número de pacientes, especialmente crianças, é alto. Muitos estão chegan-

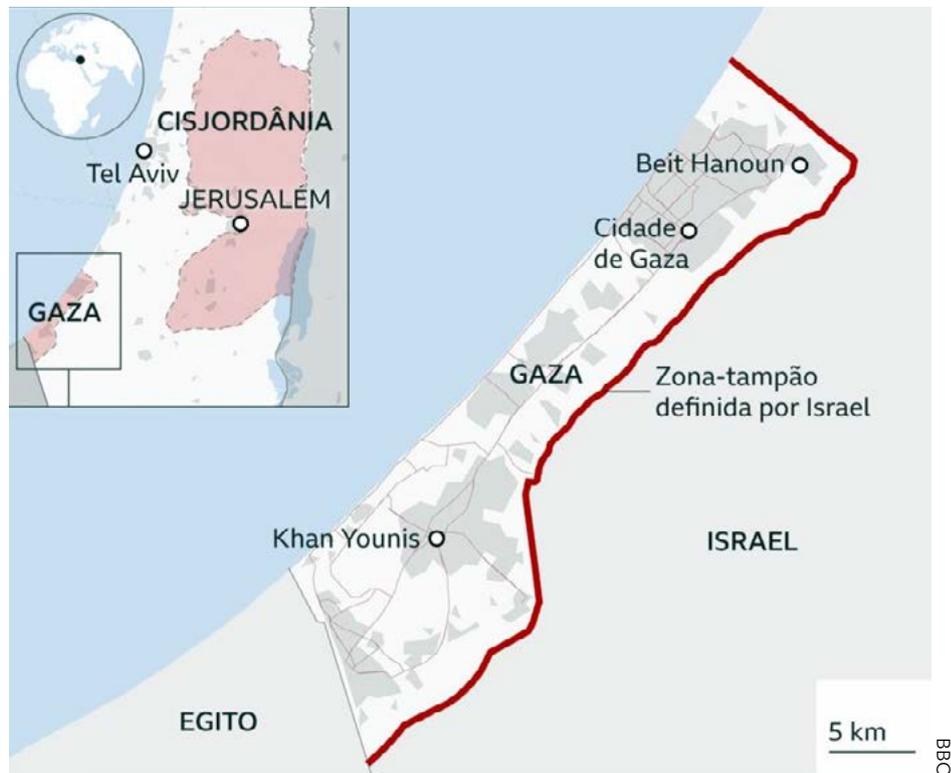
do com ferimentos horrendos”.

Segundo o médico, a situação é assustadora. “Esta manhã havia uma criança (quinta-feira, 12), uma menina, com ferimentos faciais indescritíveis cuja mãe é médica em al-Shifa e foi morta quando sua casa foi alvo. Ontem (quarta, 11) à noite, outro menino de 10 anos com ferimentos faciais também devastadores, foi retirado dos escombros de sua casa no bairro de Sheikh Radwan”. Desde quarta-feira, 11, o hospital de Gaza está às escuras. Acabou o combustível que gerava eletricidade para o seu funcionamento.

Quando Israel começou a bombardear Gaza, no sábado, a situação era menos desesperadora. A mulher de Amer Ashour, por exemplo, entrou em trabalho de parto. “Eu estava preocupado e pensando como é que conseguiríamos chegar à maternidade”, contou Ashour à Al Jazeera. Mas isso até correu bem. O que Ashour não esperava é que, quando saísse do hospital, com o filho recém-nascido, ele e a família não tivessem casa para onde ir. É que o seu apartamento foi vaporizado num ataque aéreo de Israel sobre as zonas residenciais em Gaza, na terça-feira, 9.

Para a maioria da população civil, a situação em Gaza agora passou a ser de sobrevivência horrenda em meio a escombros, no mais novo capítulo de uma guerra insana que já dura 15 anos e cuja origem da grande instabilidade social na região já completou 75 anos. Foi quando o território dos palestinos foi desmembrado para a criação do Estado de Israel.

Desde essa época, nos anos 1940, Gaza é uma área em constante ebulição. E este é um pedaço de terra pequeno, cuja maior característica, desde meados dos anos 2000 é ter se tornado conhecido como a maior prisão a céu aberto do mundo. Uma favela sob forte aparato militar, militarizado,



com a população submetida a toques de recolher e sob a autoridade colonial do governo de Israel.

O enclave palestino é uma estreita faixa de terra entre Israel, Egito e o Mar Mediterrâneo, com postos de controle de entrada e saída fortemente vigiados. Isso tudo em plena Terra Santa. Metade da população de Gaza

tem menos de 19 anos. Nada menos que 48% dos moradores estão desempregados. O povo vive confinado em uma área de 6 km de largura entre Israel e o mar; 21 km de litoral em que 4 mil pessoas vivem da pesca. O pior são as condições. Neste território, não há tratamento de esgoto. As doenças contraídas por causa da água contaminada são a maior causa de morte infantil.

Daí que não é difícil entender o desespero. Os palestinos são obrigados a viver numa colônia, sem autonomia. A população de 2,1 milhões de pessoas está dentro de uma área confinada de 365 km² (a mesma área de São Luís, capital do Maranhão), que tem metade da população palestina na região. O território está sob o controle do Hamas há 15 anos. Mas é preciso lembrar que Gaza adquiriu seu contorno atual em 1949, com o fim da primeira guerra entre árabes e israelenses. No início, Gaza era controlada pelos palestinos. E, depois, pelos egípcios, entre 1959 e 1967. Até que Israel a ocupou na Guerra dos Seis Dias.

Em 1993, a Autoridade Palestina assumiu a responsabilidade administrativa sobre os territó-

COM 2,1 MILHÕES DE HABITANTES, GAZA ESTÁ LOCALIZADA NUMA FAIXA ESTREITA DE TERRA DO TAMANHO DA CIDADE DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO



ESCOMBROS A destruição massiva de prédios residenciais e comerciais, nas ruas da cidade de Gaza não seguem a lógica de uma guerra simétrica que persegue alvos militares. Acima, a sede do Banco Nacional da Palestina

rios. Em 2005, o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, participou de um encontro no Egito com o então primeiro-ministro israelense Ariel Sharon, o rei Abdullah da Jordânia e o então presidente egípcio Hosni Mubarak. A reunião serviu para declarar um fim à violência. As duas maiores facções palestinas – o Hamas e o Fatah – concordaram com o acordo.

O Exército de Israel se retirou de Gaza e ordenou a saída de 8 mil colonos israelenses. A união entre as duas facções palestinas durou pouco. Em 2006, houve eleições legislativas em Gaza. O Hamas conquistou 74 das 132 cadeiras. Enquanto o partido nacionalista Fatah ficou com 45. No ano seguinte, depois de um sangrento confronto, o Hamas expulsou o Fatah e assumiu o controle de Gaza. O Hamas chegou a jogar militantes do Fatah do alto de prédios.

Desde 2007, a Faixa de Gaza está sob controle do Hamas e não houve mais eleição na região. Em junho daquele ano, com apoio do Egito, Israel impôs um bloqueio por ar, terra e mar na Faixa

de Gaza. Israel alegou que os bloqueios eram necessários para a segurança dos israelenses. Cabe mencionar que uma pesquisa feita pelo Palestinian Center revelou que um terço dos palestinos são contrários ao rompimento político entre a Autoridade Nacional Palestina, na Cisjordânia; e o Hamas, na Faixa de Gaza.

É preciso lembrar que o Hamas – acrônimo em árabe para “Movimento de Resistência Islâmica” – é uma organização política e militante palestina que controla a Faixa de Gaza desde meados dos anos 2000. Fundado em Gaza em 1988, durante a Primeira Intifada, o Hamas não reconhece qualquer legitimidade ao Estado de Israel e é o principal braço armado da causa palestina, defende formação da Palestina enquanto um país independente e que segue as leis islâmicas sharia.

No entanto, não se pode esquecer que foi Israel quem facilitou a ascensão do Hamas como um contrapeso ao Fatah e à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), então liderada por Yasser Arafat. Naquela altura, o Fa-

tah e a OLP eram os principais inimigos de Israel e uma das razões para o receio dos israelenses residia no fato de serem grupos laicos e capazes de unificar o povo palestino sob a mesma bandeira. Isso mudou.

Durante o tempo em que Gaza esteve sob controle do Egito, particularmente do governo de Gamal Abdel Nasser, as atividades dos islamitas, particularmente aquelas afiliadas à Irmandade Muçulmana, não eram permitidas. Mas esta política foi transformada após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel rapidamente derrotou uma coligação de nações árabes e assumiu o controle de Gaza. As autoridades israelitas, vendo a Irmandade Muçulmana como um contrapeso útil ao Fatah, permitiram que os ensinamentos dos radicais islâmicos se espalhassem.

“O Hamas, para meu grande pesar, é uma criação de Israel. Cometemos um erro enorme e estúpido”, admitiu Avner Cohen, general militar israelense que trabalhou em Gaza durante mais de 20 anos, durante entrevista concedida em 2009 ao jornal *Wall Street Journal*.

Ele disse que os israelenses encorajaram a difusão dos ideais da Irmandade Muçulmana em Gaza e apoiaram Ahmed Yassin, o clérigo que viria a fundar o Hamas.

“A administração liderada pelos militares de Israel em Gaza viu com bons olhos o clérigo paraplégico (Yassin), que criou uma ampla rede de escolas, clínicas, uma biblioteca e jardins de infância. Yassin formou o grupo islâmico Mujama al-Islamiya, que foi oficialmente reconhecido por Israel como uma instituição de caridade e depois, em 1979, como uma associação. Israel também apoiou a criação da Universidade Islâmica de Gaza, que considera agora um foco de militância”, confessou.

Em meados da década de 1980, Cohen chegou a escrever um relatório oficial aos seus superiores, advertindo-os para não brincarem com o fogo ao dividir a oposição palestina, apoiando os islâmicos contra os secularistas. “Eu sugiro concentrar os nossos esforços em encontrar maneiras de acabar com este monstro antes que esta realidade salte na nossa cara”, escreveu.

O general de brigada Yitzhak Segev, que foi governador militar israelense em Gaza no início da década de 1980, também admitiu ao *New York Times* que ajudou a financiar o movimento islâmico como um “contrapeso” aos esquerdistas da OLP e do Fatah de Yasser Arafat, que sempre se referiu ao Hamas como “uma criatura de Israel”. O general confessou: “O governo israelense me deu um orçamento. E o governo militar o deu às mesquitas”.

O Mujama al-Islamiya de Yassin iria se tornar depois o Hamas – e passaria de uma instituição de caridade para a ponta de lança de um grupo radical militar e político – um “grupo terrorista” aos olhos de Israel. Os israelenses prenderam Yassin em 1984, condenan-



ESFORÇO Dez anos depois dos Acordos de Oslo, que selaram o fim das hostilidades entre palestinos e israelenses, Abbas e Sharon se encontraram

do-o uma pena de 12 anos após a descoberta de esconderijos de armas. Mas naquela altura, o mal já estava feito.

Por ironia do destino, Israel acabou mais tarde por reconhecer formalmente a legitimidade da OLP. E aceitou sentar-se com Arafat à mesa de negociações para os Acordos de Oslo de 1993. Por sua vez, o Hamas recusou-se desde então a aceitar Israel ou renunciar à violência. E, para desespero da Autoridade Nacional Palestina,

tornou-se a principal instituição de resistência à ocupação israelense.

Yassin acabou por morrer num ataque aéreo de Israel em 2004. Em 2007, depois de uma vitória eleitoral do Hamas, que irritou tanto o Ocidente quanto o Fatah, o grupo islâmico assumiu o controle de Gaza, dando origem a vários bloqueios, ataques e constantes incursões dos israelenses no território.

Agora, a crise desencadeada pelo ataque do Hamas, com homens fortemente armados que invadiu festas e kibutz, matando indiscriminadamente e sequestrando pessoas e soldados para fazê-los de refém, mostra-se intolerável e insustentável a curto prazo. Na quinta-feira, 12, uma repórter da Al Jazeera publicou um longo texto relatando o que estava vivendo em Gaza. Maram Humaid lamentou: “Enquanto escrevo isso, não acredito mais que sairemos disso vivos”.

O relato dela é sombrio: “Na quarta-feira (11), acordei do meu sono esporádico ao som do bombardeio que continuou sem parar nas últimas quatro noites. Cada dia acordamos em uma casa diferente. Mas todos os dias os sons e cheiros que acordamos são os mesmos. Mas para onde vamos a seguir? Não há uma casa em Gaza que seja segura”. •

O HAMAS NASCEU NOS ANOS 80 E RECEBEU INCENTIVO DO ESTADO DE ISRAEL, QUE IMAGINAVA ENFRAQUECER A OLP E O FATAH DE YASSER ARAFAT

COMO ISRAEL AJUDOU A GERAR O GRUPO HAMAS

LÍDER RELIGIOSO Nos anos 1970, o Sheikh Ahmed Yassin buscava ganhar influência em Gaza. Seu grupo religioso, Mujama Al-Islamiya, seria reconhecido pelo governo de Israel. Anos depois, o grupo se tornaria o Hamas

Em 2009, o *Wall Street Journal* mostrou militares israelenses que atuaram em Gaza arrependidos de ajudar um clérigo para enfraquecer a esquerda palestina, liderada por Arafat

Andrew Higgins

The Wall Street Journal
24 de janeiro de 2009

Examinando os destroços do bangalô de um vizinho atingido por um foguete palestino, o oficial israelense aposentado Avner Cohen traça a trajetória do míssil até um “erro enorme e estúpido” cometido há 30 anos.

“Hamas, para meu grande

pesar, é a criação de Israel”, diz o Cohen, um judeu nascido na Tunísia que trabalhou em Gaza por mais de duas décadas. Responsável pelos assuntos religiosos na região até 1994, Cohen viu o movimento islâmico tomar forma, deixar de lado os rivais palestinos seculares e depois se transformar no que é hoje o Hamas, um grupo militante que jura a destruição de Israel.

Em vez de tentar conter os islâmicos de Gaza desde o início,

diz o Cohen, Israel os tolerou por anos e, em alguns casos, encorajou-os como um contrapeso aos nacionalistas seculares da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e sua facção dominante, a Fatah de Yasser Arafat.

Israel cooperou com um clérigo aleijado e meio cego chamado Sheikh Ahmed Yassin mesmo quando ele estava lançando as bases para o que se tornaria o Hamas. O xeque Yassin continua a inspirar militantes hoje; duran-

te a recente guerra em Gaza, os combatentes do Hamas confrontaram as tropas israelenses com "Yassins", granadas primitivas impulsionadas por foguetes nomeadas em homenagem ao clérigo.

No sábado passado, após 22 dias de guerra, Israel anunciou um fim à ofensiva. O ataque teve como objetivo impedir que os foguetes do Hamas caíssem sobre Israel. O primeiro-ministro Ehud Olmert saudou uma "operação militar determinada e bem-sucedida". Mais de 1.200 palestinos morreram. Treze israelenses também foram mortos.

O Hamas respondeu no dia seguinte lançando cinco foguetes em direção à cidade israelense de Sderot, a poucos quilômetros da estrada de Moshav Tekuma, a aldeia agrícola onde o Cohen mora. O Hamas então anunciou seu próprio cessar-fogo.

Desde então, os líderes do Hamas emergiram do esconderijo e reafirmaram seu controle sobre Gaza. Espera-se que as negociações mediadas pelo Egito com o objetivo de uma trégua mais durável comecem neste fim de semana. O presidente Barack Obama disse esta semana que a calma duradoura "requer mais do que um longo cessar-fogo" e depende de Israel e de um futuro estado palestino "vivendo lado a lado em paz e segurança".

Um olhar sobre as décadas de negociações de Israel com os radicais palestinos – incluindo algumas tentativas pouco conhecidas de cooperar com os islâmicos – revela um catálogo de consequências não intencionais e muitas vezes perigosas. Uma e outra vez, os esforços de Israel para encontrar um parceiro palestino flexível que seja credível com os palestinos e disposto a evitar a violência, saíram pela culatra. Os possíveis parceiros se transformaram em inimigos ou perderam o apoio de seu povo.



LUTA DE UMA VIDA Líder da OLP, Yasser Arafat era reconhecido como o grande líder do povo palestino e, por isso, era o alvo preferido de Israel

A experiência de Israel ecoa a dos EUA, que, durante a Guerra Fria, olhavam para os islâmicos como um aliado útil contra o comunismo. As forças anti-soviéticas apoiadas pela América após a invasão do Afeganistão por Moscou em 1979 mais tarde se transformaram na Al Qaeda.

Em jogo está o futuro do que costumava ser o Mandato Britânico da Palestina, as terras bíblicas que agora compreendem Israel e os territórios palestinos da Cisjordânia e Gaza. Desde 1948, quando o estado de Israel foi estabelecido, israelenses e palestinos reivindicaram o mesmo território.

A causa palestina foi liderada por décadas pela OLP, que Israel considerava como uma empresa terrorista e procurou esmagar até a década de 1990, quando a OLP abandonou sua promessa de destruir o estado judeu. O rival palestino da OLP, o Hamas, liderado por militantes islâmicos, se recusou a reconhecer Israel e prometeu continuar a "resistência". O Hamas agora controla

Gaza, uma faixa de terra lotada e empobrecida no Mediterrâneo da qual Israel retirou tropas e colonos em 2005.

Quando Israel encontrou os islâmicos pela primeira vez em Gaza nas décadas de 1970 e 1980, eles pareciam focados em estudar o Alcorão, não no confronto com Israel. O governo israelense reconheceu oficialmente um precursor do Hamas chamado Mujama Al-Islamiya, registrando o grupo como uma instituição de caridade. Permitted que os membros de Mujama criassem uma universidade islâmica e construíssem mesquitas, clubes e escolas. Crucialmente, Israel muitas vezes ficou de lado quando os islâmicos e seus rivais palestinos de esquerda secular lutaram, às vezes violentamente, por influência em Gaza e na Cisjordânia.

"Quando olho para a cadeia de eventos, acho que cometemos um erro", diz David Hacham, que trabalhou em Gaza no final dos anos 1980 e início dos anos



FUNDAÇÃO DE ISRAEL O diplomata brasileiro Oswaldo Aranha preside a 2ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que aprovou a resolução para a criação do Estado de Israel na Palestina, em 16 de setembro de 1947

90 como especialista em assuntos árabes nas forças armadas israelenses. “Mas na época ninguém pensou nos possíveis resultados”.

Autoridades israelenses que serviram em Gaza discordam sobre o quanto suas próprias ações podem ter contribuído para a ascensão do Hamas. Eles culpam a recente ascensão do grupo por pessoas de fora, principalmente no Irã. Essa visão é compartilhada pelo governo israelense. “O Hamas em Gaza foi construído pelo Irã como base para o poder e é apoiado por financiamento, treinamento e fornecimento de armas avançadas”, disse Olmert no sábado passado. O Hamas negou ter recebido assistência militar do Irã.

Arieh Spitz, ex-chefe do Departamento de Assuntos Palestinos das forças armadas israelenses, diz que, mesmo que Israel tivesse tentado deter os islâmicos mais cedo, ele duvida que pudesse ter feito muito para conter o Islã político, um movimento que estava se espalhando pelo mundo muçulmano.

Ele diz que as tentativas de pará-lo são semelhantes a tentar mudar os ritmos internos da natureza: “É como dizer: ‘Vou matar todos os mosquitos’. Mas então você tem insetos ainda piores que vão te matar... Você quebra o equilíbrio. Você mata o Hamas, você pode conseguir a Al Qaeda”.

Quando ficou claro no início da década de 1990 que os islâmicos de Gaza haviam se transformado de um grupo religioso em uma força de combate voltada contra Israel – particularmente depois que eles se voltaram para atentados suicidas em 1994 – Israel reprimiu com força feroz. Mas cada ataque militar só aumentou o apelo do Hamas aos palestinos comuns. O grupo finalmente derrotou rivais seculares, notadamente Fatah, em uma eleição de 2006 apoiada pelo principal aliado de Israel, os EUA.

Agora, um grande medo em Israel e em outros lugares é que, embora o Hamas tenha sido duramente martelado, a guerra possa ter impulsionado o apelo popular do grupo. Ismail Haniyeh, chefe da administração do

Hamas em Gaza, saiu do esconderijo no domingo passado para declarar que “Deus nos concedeu uma grande vitória”.

O mais prejudicado pela guerra, dizem muitos palestinos, é o Fatah, agora o principal parceiro de negociação de Israel. “Todo mundo está elogiando a resistência e acha que a Fatah não faz parte dela”, diz Baker Abu-Baker, um apoiador de longa data da Fatah e autor de um livro sobre o Hamas.

A falta de devoção

O Hamas tem suas raízes na Irmandade Muçulmana, um grupo criado no Egito em 1928. A Irmandade acreditava que os problemas do mundo árabe surgem da falta de devoção islâmica. Seu slogan: “O Islã é a solução. O Alcorão é a nossa constituição”. Sua filosofia hoje sustenta o Islã político moderno, e muitas vezes militantemente intolerante, da Argélia à Indonésia.

Após o estabelecimento de Israel em 1948, a Irmandade recrutou alguns seguidores em campos de refugiados palestinos em Gaza e em outros lugares, mas ativistas

seculares vieram a dominar o movimento nacionalista palestino.

Na época, Gaza era governada pelo Egito. O então presidente do país, Gamal Abdel Nasser, era um nacionalista secular que reprimiu brutalmente a Irmandade. Em 1967, Nasser sofreu uma derrota esmagadora quando Israel triunfou na Guerra de Seis Dias. Israel assumiu o controle de Gaza e também da Cisjordânia.

"Ficamos todos atordoados", diz o escritor palestino e apoiador do Hamas Azzam Tamimi. Ele estava na escola na época no Kuwait e diz que se aproximou de um colega de classe chamado Khaled Mashaal, agora chefe político do Hamas em Damasco. "A derrota árabe proporcionou à Irmandade uma grande oportunidade", diz o Tamimi.

Em Gaza, Israel caçou membros da Fatah e outras facções seculares da OLP, mas retirou as duras restrições impostas aos ativistas islâmicos pelos anteriores egípcios do território. O Fatah, criado em 1964, era a espinha dorsal da OLP, que era responsável por sequestros, bombardeios e outras violências contra Israel. Os estados árabes em 1974 declararam a OLP o "único representante legítimo" do povo palestino em todo o mundo.

A Irmandade Muçulmana, liderada pelo xeque Yassin, era livre para espalhar sua mensagem abertamente. Além de lançar vários projetos de caridade, o xeque Yassin arrecadou dinheiro para reimprimir os escritos de Sayyid Qutb, um membro egípcio da Irmandade que, antes de sua execução pelo presidente Nasser, defendia a jihad global. Ele agora é visto como um dos ideólogos fundadores do Islã político militante.

Cohen, que trabalhava na época para o departamento de assuntos religiosos do governo israelense em Gaza, diz que começou a ouvir relatos perturba-

dores em meados da década de 1970 sobre o xeque Yassin de clérigos islâmicos tradicionais. Ele diz que eles alertaram que o xeque não tinha treinamento islâmico formal e, em última análise, estava mais interessado na política do que na fé. "Eles disseram: 'Fique longe de Yassin. Ele é um grande perigo'", lembra Cohen.

Em vez disso, a administração liderada por militares de Israel em Gaza olhou favoravelmente para o clérigo paraplégico, que montou uma ampla rede de escolas, clínicas, uma biblioteca e jardins de infância. O xeque Yassin formou o grupo islâmico Mujama al-Islamiya, que foi oficialmente reconhecido por Israel como uma instituição de caridade e depois, em 1979, como uma associação. Israel também endossou o es-

tabelecimento da Universidade Islâmica de Gaza, que agora considera um viveiro de militância. A universidade foi um dos primeiros alvos atingidos por aviões israelenses na guerra recente.

O general Yosef Kastel, governador israelense de Gaza na época, está muito doente para comentar, diz sua esposa. Mas o General Yitzhak Segev, que assumiu o cargo de governador em Gaza no final de 1979, diz que não tinha ilusões sobre as intenções de longo prazo do xeque Yassin ou os perigos do Islã político.

Como ex-adido militar de Israel no Irã, ele assistiu ao fervor islâmico derrubar o Xá. No entanto, em Gaza, diz Segev, "nosso principal inimigo era o Fatah", e o clérigo "ainda era 100% pacífico" em relação a Israel. Ex-funcio-

Arquivo O Globo



AINDA NO PAPEL

ONU adotou o plano de partição para a Palestina com a Resolução 181, proposta por de Chaim Weizsmann (de óculos). A resolução recomenda a criação de Estados árabes e judeus independentes



RADICAIS Soldados do Hamas ocupam escritório da ANP em Gaza, a partir de 2007, quando ascendem ao poder e passam a controlar toda a região

nários dizem que Israel também era, na época, cauteloso em ser visto como um inimigo do Islã.

Segev diz que teve contato regular com o xeque Yassin, em parte para ficar de olho nele. Ele visitou sua mesquita e esteve com o clérigo uma dúzia de vezes. Era ilegal na época que os israelenses encontrassem qualquer pessoa da OLP. Mais tarde, Segev providenciou que o clérigo fosse levado a Israel para tratamento hospitalar. “Não tivemos problemas com ele”, diz.

Na verdade, o clérigo e Israel tinham um inimigo comum: ativistas palestinos seculares. Após uma tentativa fracassada em Gaza de expulsar os secularistas da liderança do Crescente Vermelho Palestino, a versão muçulmana da Cruz Vermelha, Mujama organizou uma manifestação violenta, invadindo o prédio do Crescente Vermelho. Os islâmicos também atacaram lojas que vendem bebidas alcoólicas e cinemas. Os militares israelenses ficaram principalmente à margem.

Segev diz que o exército não queria se envolver em brigas palestinas, mas enviou soldados para impedir que os islâmicos queimassem a casa do chefe secular do Crescente Vermelho, um socialista que apoiava a OLP.

‘Uma Alternativa à OLP’

Os confrontos entre islâmicos e nacionalistas seculares se espalharam para a Cisjordânia e se intensificaram durante o início da década de 1980, convulsionando os campi universitários, particularmente a Universidade Birzeit, um centro de ativismo político.

À medida que a luta entre facções estudantis rivais em Birzeit se tornou mais violenta, o General Shalom Harari, então oficial de inteligência militar em Gaza, diz que recebeu uma ligação de soldados israelenses que comandavam um posto de controle na estrada para fora do território. Eles pararam um ônibus carregando ativistas islâmicos que queriam participar da batalha contra o Fatah em Birzeit. “Eu disse: ‘Se eles quiserem queimar um ao outro, deixe-os ir’”, lembra o Harari.

Um líder da facção islâmica de Birzeit na época era Mahmoud Musleh, agora um membro pró-Hamas de uma legislatura palestina eleita em 2006. Ele se lembra de como as forças de segurança israelenses geralmente agressivas se afastaram e deixaram a conflagração se desenvolver. Ele nega qualquer conluio entre seu próprio acampamento e os israelenses, mas diz que “eles espe-

ravam que nos tornássemos uma alternativa à OLP”.

Um ano depois, em 1984, os militares israelenses receberam uma dica dos apoiadores do Fatah de que os islâmicos de Gaza do xeque Yassin estavam coletando armas, de acordo com autoridades israelenses em Gaza na época. As tropas israelenses invadiram uma mesquita e encontraram um esconderijo de armas.

O xeque Yassin foi preso. Ele disse aos interrogadores israelenses que as armas eram para uso contra palestinos rivais, não contra Israel, de acordo com o Hacham, o especialista em assuntos militares. Ele diz que falava com frequência com islâmicos presos. O clérigo foi libertado depois de um ano e continuou a expandir o alcance de Mujama em Gaza.

Na época da prisão do xeque Yassin, o Cohen, o oficial de assuntos religiosos, enviou um relatório a altos funcionários militares e civis israelenses em Gaza. Descrevendo o clérigo como uma figura “diabólica”, ele alertou que a política de Israel em relação aos islâmicos estava permitindo que Mujama se desenvolvesse em uma força perigosa.

“Acredito que, ao continuar a desviar os olhos, nossa abordagem branda de Mujama nos prejudicará no futuro. Portanto, sugiro concentrar nossos esforços em encontrar maneiras de quebrar esse monstro antes que essa realidade salte em nossa cara”, escreveu Cohen.

Harari, o oficial de inteligência militar, diz que este e outros avisos foram ignorados. Mas, comenta, a razão para isso foi negligência, não um desejo de fortalecer os islâmicos: “Israel nunca financiou o Hamas. Israel nunca armou o Hamas”.

Roni Shaked, ex-oficial do Shin Bet, o serviço de segurança interna de Israel, e autor de um livro

sobre o Hamas, diz que Sheikh Yassin e seus seguidores tinham uma perspectiva de longo prazo cujos perigos não eram compreendidos na época. “Eles trabalharam devagar, devagar, passo a passo de acordo com o plano da Irmandade Muçulmana”.

Declarando Jihad

Em 1987, vários palestinos morreram em um acidente de trânsito envolvendo um motorista israelense, desencadeando uma onda de protestos que ficou conhecida como a primeira Intifada. Então, o Yassin e outros seis islâmicos Mujama lançaram o Hamas, ou o Movimento de Resistência Islâmica. A carta do Hamas, divulgada um ano depois, está repleta de antissemitismo e declara “jihad seu caminho e morte pela causa de Alá sua crença mais sublime”.

Autoridades israelenses, ainda focadas no Fatah e que inicialmente desconheciam a carta do Hamas, continuaram a manter contatos com os islâmicos de Gaza. Hacham, o especialista em assuntos militares árabes, lembra-se de ter levado um dos fundadores do Hamas, Mahmoud Zahar, para se encontrar com o então ministro da Defesa de Israel, Yitzhak Rabin, como parte de consultas regulares entre funcionários israelenses e palestinos não ligados à OLP. Zahar, o único fundador do Hamas conhecido por estar vivo hoje, é agora o líder político sênior do grupo em Gaza.

Em 1989, o Hamas realizou seu primeiro ataque a Israel, sequestrando e matando dois soldados. Israel prendeu o xeque Yassin e o condenou à prisão perpétua. Mais tarde, reuniu mais de 400 supostos ativistas do Hamas, incluindo o Zahar, e os deportou para o sul do Líbano. Lá, eles se conectaram com o Hezbollah, a Equipe A de militância anti-isra-

elense apoiada pelo Irã.

Muitos dos deportados mais tarde retornaram a Gaza. O Hamas construiu seu arsenal e intensificou seus ataques, mantendo a rede social que sustentou seu apoio em Gaza.

Enquanto isso, seu inimigo, a OLP, abandonou seu compromisso com a destruição de Israel e começou a negociar um acordo de dois estados. O Hamas acusou-os de traição. Essa acusação encontrou ressonância crescente à medida que Israel continuava desenvolvendo assentamentos em terras palestinas ocupadas, particularmente na Cisjordânia.

Embora a Cisjordânia tenha passado para o controle nominal de uma nova Autoridade Nacional Palestina, ela ainda estava pontilhada com postos de controle militares israelenses e um número crescente de colonos israelenses.

Incapaz de desenraizar uma rede islâmica agora entrincheirada que de repente substituiu a OLP como seu principal inimigo, Israel tentou decapitá-la. Começou a buscar os líderes do Hamas. Isso também não fez nada no apoio do Hamas e, às vezes, até ajudou o grupo. Em 1997, por exemplo, a agência de espionagem do Mossad de Israel tentou envenenar o líder político exilado do Hamas, Mashaal, que então vivia na Jordânia.

Os agentes foram pegos e, para tirá-los de uma prisão jordaniana, Israel concordou em libertar o xeque Yassin. O clérigo fez uma turnê pelo mundo islâmico para arrecadar apoio e dinheiro. Ele voltou a Gaza para ser recebido como um herói.

Efraim Halevy, um veterano oficial do Mossad que negociou o acordo que libertou o xeque Yassin, diz que a liberdade do clérigo era difícil de engolir, mas Israel não teve esco-

lha. Após o fiasco na Jordânia, o Halevy foi nomeado diretor do Mossad, cargo que ocupou até 2002. Dois anos depois, o xeque Yassin foi morto por um ataque aéreo israelense.

Nos últimos anos, o Halevy pediu a Israel que negociasse com o Hamas. Ele diz que “o Hamas pode ser esmagado”, mas acredita que “o preço de esmagar o Hamas é um preço que Israel preferiria não pagar”. Quando o vizinho secular autoritário de Israel, a Síria, lançou uma campanha para acabar com os militantes da Irmandade Muçulmana no início da década de 1980, matou mais de 20 mil pessoas, muitas delas civis.

Em sua recente guerra em Gaza, Israel não definiu a destruição do Hamas como seu objetivo. Limitou seus objetivos declarados a deter os foguetes dos islâmicos e bater a sua capacidade militar de uma forma geral. No início da operação israelense em dezembro, o ministro da Defesa, Ehud Barak, disse ao parlamento que o objetivo era “de dar ao Hamas um golpe severo, um golpe que fará com que ele cesse suas ações hostis de Gaza contra cidadãos e soldados israelenses”.

Voltando para sua casa dos escombros da residência de seu vizinho, Cohen, o ex-funcionário de assuntos religiosos em Gaza, amaldiçoa o Hamas e também o que ele vê como erros que permitiram que os islâmicos colocassem raízes profundas em Gaza.

Ele se lembra de uma reunião da década de 1970 com um clérigo islâmico tradicional que queria que Israel parasse de cooperar com os seguidores da Irmandade Muçulmana do Sheikh Yassin: “Ele me disse: ‘Você vai ter grandes arrependimentos em 20 ou 30 anos’. Ele estava certo”. •



Reuters

DESASTRE Considerado antes um líder cauteloso que evitou guerras e múltiplas baixas do lado de Israel, o primeiro-ministro abraçou política de um “governo pleno de direita”, com medidas para anexar a Cisjordânia

NETANYAHU É O RESPONSÁVEL

Em editorial, o jornal israelense *Haaretz* condena o papel do primeiro-ministro de Israel ao promover “um governo de anexação e desapropriação”, aliado da extrema-direita

Editorial | *Haaretz*

O desastre que se abateu sobre Israel no feriado de Simchat Torá é da clara responsabilidade de uma pessoa: Benjamin Netanyahu. O primeiro-ministro, que se orgulha da sua vasta experiência política e da sua sabedoria insubstituível em questões de segurança, falhou completamente na identificação dos perigos para os quais conduzia conscientemente Israel ao estabelecer um governo de anexação e desapropriação, ao nomear Bezalel Smotrich e Itamar Ben-Gvir a posições-chave, ao mesmo tempo que adotava uma política externa que ignorava abertamente a existência e os direitos dos palestinos.

Netanyahu certamente tentará fugir à sua responsabilidade e lançar a culpa nos chefes do Exército, da inteligência militar e do serviço de segurança Shin Bet que, tal como os seus antecessores nas vésperas da Guerra do Yom Kippur, viam uma baixa probabilidade de guerra. Eles desprezaram o inimigo e as suas capacidades militares ofensivas.

Nos próximos dias e semanas, quando o avanço das forças de defesa de Israel e as falhas de inteligência vierem à tona, certamente surgirá uma exigência justificada para substituí-las e fazer um balanço.

No entanto, o fracasso militar e de inteligência não isenta Netanyahu da sua responsabilidade global pela crise, uma vez que

ele é o árbitro final dos assuntos estrangeiros e de segurança israelenses. Netanyahu não é novato, como Ehud Olmert foi na Segunda Guerra do Líbano. Nem é ignorante em assuntos militares, como afirmaram Golda Meir em 1973 e Menachem Begin em 1982.

Netanyahu também moldou a política adotada pelo efêmero “governo de mudança” liderado por Naftali Bennett e Yair Lapid: um esforço multidimensional para esmagar o movimento nacional palestino em ambas as suas alas, em Gaza e na Cisjordânia, a um preço que parecem aceitáveis para o público israelense.

No passado, Netanyahu apresentou-se como um líder cauteloso que evitou guerras e múltiplas baixas do lado de Israel. Após a

sua vitória nas últimas eleições, ele substituiu esta cautela pela política de um “governo pleno de direita”, com medidas evidentes tomadas para anexar a Cisjordânia, para levar a cabo a limpeza étnica em partes da Área C definida pelos Acordos de Oslo, incluindo as colinas de Hebron e o vale do Jordão.

Isto também incluiu uma expansão massiva dos assentamentos e o reforço da presença judaica no Monte do Templo, perto da Mesquita de Al-Aqsa, bem como alarde de um acordo de paz iminente com os sauditas, no qual os palestinos não receberiam nada, com conversas abertas sobre uma “segunda Nakba” na sua coligação de governo.

Como esperado, os sinais de uma eclosão de hostilidades começaram na Cisjordânia, onde os palestinos começaram a sentir a mão mais pesada do ocupante israelense. O Hamas aproveitou a oportunidade para lançar o seu ataque surpresa no sábado.

Acima de tudo, o perigo que paira sobre Israel nos últimos anos foi plenamente compreendido. Um primeiro-ministro indiciado em três casos de corrupção não pode cuidar dos assuntos de Estado, pois os interesses nacionais estarão necessariamente subordinados a libertá-lo de uma possível condenação e pena de prisão.

Esta foi a razão para o estabelecimento desta horrível coligação e do golpe judicial promovido por Benjamin Netanyahu, e o enfraquecimento dos funcionários do exército e dos serviços de informação, que eram vistos como opositores políticos. O preço foi pago pelas vítimas da invasão no Neguev Ocidental. •

Este texto foi publicado pelo jornal [Haaretz](#), na segunda-feira, 8 de outubro

OPINIÃO

PARA CONSTRUIR A PAZ

Cabe à ONU tomar para si a tarefa urgente e imediata para a criação do Estado Palestino, independente e reconhecido pela imensa maioria dos países e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas

Virgílio Guimarães

Não é hora de discutir responsabilidades, direitos históricos e, muito menos, as complexas políticas internas de cada uma das partes interessadas.

São temas importantes, mas chegou o momento de serem deixadas de lado em favor do objetivo central de extinguir imediatamente o morticínio e abrir caminho para uma paz duradoura. Creio que a solução possível, paradoxalmente, teria que ser de origem externa aos envolvidos, conduzida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a ser apoiada por concerto de outras nações.

Há que se ter coragem de iniciativa, a de fixar fronteiras claras ponto a ponto para, após, se tornarem hermeticamente fechadas, resguardando cada lado. Sua definição seria a partir de critérios dentro do realismo possível, as áreas definidas como palestinas no tratado israelo-egípcio de 1982, acrescentando-se aí a indispensável divisão de Jerusalém entre as duas partes, preservada uma minúscula área multirreligiosa a permanecer sob controle da ONU.

Isso feito, a tarefa passa a ser a imposição de forças internacionais de paz, poderosas, plurais e respeitadas, para assim garantir a observância de tais fronteiras. Por fim, para assegurar a estabilidade

de longo prazo, seria indispensável a construção de túnel ligando a Cisjordânia à Faixa de Gaza, sob controle da ONU, capaz de conter trânsito rodoviário além de gasoduto, linha de transmissão energética e cabos de comunicação, algo não mais gigantesco que o conhecido eurotúnel.

O saneamento, incluindo estação de aproveitamento de águas marinhas, na Faixa de Gaza, igualmente seria objeto de recursos internacionais, para viabilizar o contato zero das áreas palestinas e israelitas. Tudo isso, é claro, encimado pela imediata criação do Estado Palestino, independente e reconhecido formalmente por imensa maioria de países, entre eles todos os membros do Conselho de Segurança da ONU, a quem caberia a iniciativa do projeto, quem sabe ainda na gestão brasileira.

Pergunta-se: haveria legitimidade para tais medidas e para tais atores? Indiscutivelmente, sim. Afinal, tudo começou por decisão internacional, tanto a criação do Estado de Israel quanto a não demarcação de Estado Palestino. Portanto, mais que em qualquer outro conflito, o caso pertence à ONU, a quem caberia a completa responsabilidade por tomar iniciativas firmes como a aqui proposta. Ou a ONU se torna resolutiva agora ou passa recibo de seu próprio atestado de óbito. •

* Coordenador do Centro de Altos Estudos da Fundação Perseu Abramo

LULA PEDE FIM DA “GUERRA”

Enquanto latino-americanos morrem em ataque do Hamas, presidente pede ajuda humanitária para proteger cidadãos israelenses e palestinos. Aviões da FAB já deram início ao resgate

Desde a eclosão da nova etapa do conflito israelo-palestino, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a acompanhar a situação de perto. Na quarta-feira, 11, pediu o fim da “insanidade da guerra”. Mais de uma dúzia de latino-americanos foram mortos durante o ataque do Hamas, com cidadãos do Brasil e da Argentina feitos prisioneiros na Faixa de Gaza. Sete argentinos, dois brasileiros, dois peruanos, um colombiano e um paraguaio foram mortos e pelo menos 15 argentinos, três peruanos, dois mexicanos e um brasileiro continuam desaparecidos.

Na terça-feira, 10, o porta-voz das Forças de Defesa de Israel (IDF), Jonathan Conricus, disse que dezenas de reféns foram sequestrados por combatentes do Hamas, incluindo cidadãos com dupla nacionalidade do Brasil e da Argentina e pessoas de outros países. “Este não é um desafio apenas israelense”, acrescentou.

Lula pediu à comunidade internacional que faça uma intervenção humanitária urgente para proteger as crianças israelenses e palestinas da “insanidade da guerra”. “O Hamas deve libertar as crianças israelitas que foram raptadas das suas famílias. Israel deve parar os bombardeios para que as crianças palestinas e suas mães possam deixar Gaza pela fronteira com o Egito”, declarou.

Ainda na madrugada de quarta, chegou o primeiro avião de resgate trazendo brasileiros de Israel pousou em Brasília. O KC-30 da Força Aérea Brasileira (FAB),



APELO Lula pediu ao Hamas e ao governo israelense um cessar-fogo

com 211 passageiros, fez voo de cerca de 14 horas direto para a capital federal, saindo de Telavive. Do total, 107 passageiros desembarcaram em Brasília e 104 seguiram para o Rio de Janeiro em outras duas aeronaves da FAB.

Estão previstos mais quatro voos até domingo, 15, na chamada Operação Voltando em Paz, coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores. A estimativa é retirar 900 brasileiros que estão em Israel e na Palestina. As próximas aeronaves pousarão no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e as duas últimas no Rio. Para o deslocamento até o destino final de cada um as passagens serão custeadas pela empresa aérea Azul. A parceria é uma articulação da Presidência com a companhia.

O Itamaraty já colheu os dados de pelo menos 2,7 mil brasileiros interessados em deixar a região e voltar ao Brasil. A maioria é de turistas que visitavam Telavive e

Jerusalém quando, no sábado, 7, o Hamas, que governa a Faixa de Gaza, deflagrou o ataque surpresa contra o território israelense.

No confronto no fim de semana, os brasileiros Ranani Nidejelski Glazer e Bruna Valeanu, ambos de 24 anos, morreram. Ambos foram vítimas do ataque de soldados do Hamas a um festival de música eletrônica que ocorria no Sul de Israel, próximo à Faixa de Gaza. Segundo a imprensa israelense, só no local foram localizados 260 mortos. Há ainda uma brasileira desaparecida. A carioca Karla Stelzer, de 41 anos, vive em Israel há mais de dez anos e, como Bruna e Glazer, também participava da rave Universo Paralello.

Outros cidadãos latino-americanos também foram afetados pela resposta militar de Israel em Gaza. Argentina e México também enviaram aviões para evacuar os seus cidadãos, enquanto a Colômbia anunciou que também vai resgatar quem está em Israel. •

DOIS POVOS, DOIS ESTADOS

Não há justificativa para o uso da violência pelo Hamas e o Estado de Israel, sobretudo contra civis, incluindo crianças, idosos e mulheres. É preciso um cessar-fogo para discutir o caminho para a paz

Odair Cunha

É condenável a tentativa da direita brasileira de partidarizar a dor e o sofrimento alheio diante da escalada da violência entre Israel e o grupo palestino Hamas. É abjeta essa posição, pois se utiliza a morte de civis e inocentes para alimentar uma guerra política e ideológica com base em mentiras e fake news. Essa prática da direita ficou visível nos últimos dias, com distorção dos fatos, da história e até da clássica e pacifista posição do Brasil diante da questão entre Israel e Palestina.

A bancada do PT no Congresso, assim como o partido, desde o primeiro momento repudiou a série de bombardeios e ataques terrestres realizados em Israel a partir da Faixa de Gaza, provocando a morte de centenas de cidadãos israelenses e até de brasileiros que lá estavam. Manifestamos condolências aos familiares das vítimas e solidariedade ao povo de Israel.

Ao mesmo tempo, o PT repudia a reação desproporcional das forças militares israelenses contra civis palestinos em Gaza, uma minúscula faixa de terra onde se espremem 2 milhões de pessoas lá confinadas há mais de uma década em um verdadeiro campo de concentração, sem direitos e sem perspectivas. Pior, palestinos são tratados agora como sub-humanos pelo ministro da Defesa de Israel, sem acesso a água, comida e energia.

Não há justificativa para o recurso à violência por ambas as partes, sobretudo contra civis, incluindo crianças, idosos e mulheres. Nesse momento, como saída, é preciso usar todos os recursos diplomáticos para evitar a escalada da violência e a deterioração da situação.

A retaliação militar, sob o pretexto da segurança de Estado, configura um genocídio que a todo custo deve ser evitado pela comunidade internacional. Daí a importância de o governo brasileiro atuar com firmeza, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, por um cessar-fogo imediato e pela construção da única saída pacífica possível: a existência de dois Estados, Israel e Palestina, com pleno direito à soberania, ao desenvolvimento econômico e às tradições históricas de cada um. E que ambas as partes reconheçam reciprocamente a existência legítima da outra.

A desproporcional ofensiva militar anunciada pelo governo de extrema-direita de Netanyahu só vai resultar em mais ódio e destruição e exposição de inocentes a armas letais. Assim, é elogiável o apelo do presidente Lula para que haja, no mínimo, um cessar-fogo para retirada de crianças e mães palestinas e israelenses que estão em meio à guerra na Faixa de Gaza.

Como disse Lula, crianças jamais poderiam ser feitas de reféns, não importa em que lugar do mundo. O Hamas deve libertar as crianças israelenses sequestradas de suas famílias e Israel deve cessar

o bombardeio para que as crianças palestinas e suas mães deixem Gaza pela fronteira com o Egito. A insanidade da guerra precisa ser debelada.

Diante da gravidade do quadro atual, a comunidade internacional deve persistir na importância do compromisso de instituir um Estado palestino, junto com o de Israel, e que convivam em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. É preciso, com a máxima urgência, retomar as negociações de paz, para encaminhamento da questão israelo-palestina. A guerra e a violência não interessam a ninguém.

A comunidade internacional tem de se unir para construir uma solução pacífica e duradoura para o problema. E o caminho da paz na região pressupõe, entre outras coisas, o cumprimento dos acordos de Oslo, que completam 30 anos em 2023, e o cumprimento das resoluções da ONU, inclusive a que garante um Estado palestino, nunca concretizado em 75 anos.

O Brasil, como presidente interino do Conselho de Segurança da ONU, pode cumprir papel estratégico como mediador deste conflito histórico. Em pleno século 21, é preciso reforçar o papel da diplomacia, das negociações. Armas e violência deviam ser símbolos de um passado que nos avergonha a todos. •

Deputado federal por Minas Gerais, é vice-líder do PT na Câmara dos Deputados.



Olimpio

EM DEFESA DOS CONDENADOS

Pela primeira vez, o ex-presidente Jair Bolsonaro tomou partido dos primeiros sentenciados pelo Supremo Tribunal Federal pela tentativa de Golpe de Estado em 8 de janeiro: “Se eu estivesse na Presidência, nada disso teria acontecido”

Uma vez golpista, sempre golpista. O ex-presidente Jair Bolsonaro não se conforma com os rumos que o país tomou a partir das eleições de outubro, quando foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva na disputa pela Presidência da República. Na quinta-feira, 12, enquanto

visitava a cidade de Chapecó (SC), um dos bolsões do bolsonarismo no Sul do Brasil, o ex-presidente saiu em defesa dos réus condenados pelos ataques às instituições da República, ocorridos em Brasília em 8 de janeiro.

“Quero dizer a vocês que se eu continuasse na Presidência, isso tudo não teria ocorrido. Nós la-

mentamos o ocorrido. Esperamos que isso seja desfeito brevemente e que essas pessoas fiquem livres. E que as que foram condenadas a 17 anos de cadeia, que fiquem livres dessa pena também”, declarou, atacando a decisão da Suprema Corte por já ter condenado seis pessoas por crimes contra o Estado Democrático de Direito.

BOLSONARO DEVE SER INDICIADO EM RELATÓRIO DA CPI

A relatora da CPI dos Ataques à Democracia, Eliziane Gama (PSD-MA), apresenta seu relatório final sobre os ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de Janeiro, que culminaram numa tentativa de Golpe de Estado, nesta próxima terça-feira, 17. Ela considerou gravíssima a denúncia de que o ex-presidente Jair Bolsonaro teria participado da elaboração de uma minuta de um decreto que resultaria num Golpe de Estado.

A participação de Bolsonaro consta em um trecho da delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, e foi revelada pelo Globo na última quarta-feira, 11. "A CPI,

ao longo desses meses de investigação, já recebeu outros dados que também sustentam essa operação golpista", disse.

Há uma grande expectativa de que a relatora vai pedir o indiciamento de Bolsonaro como mentor intelectual dos ataques de 8 de janeiro. A CPI deve encaminhar à Procuradoria Geral da República o aprofundamento das investigações sobre a participação de Bolsonaro na trama.

Em depoimento prestado à CPI, o hacker Walter Delgatti já havia relatado que o ex-presidente pediu a ele pessoalmente para assumir um grampo contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. In-

tegrantes do PT não têm dúvidas quanto ao envolvimento direto de Bolsonaro na tentativa de golpe.

"Há possibilidade de indiciá-lo por organização criminosa, abolição ao Estado Democrático de Direito e incitação a inúmeros crimes", destaca o deputado Duarte Júnior (PSB-MA). O deputado Rogério Correia (PT-MG) diz que a delação de Cid é "peça fundamental" para elucidar o que foi a tentativa de golpe e como trabalhou o entorno de Bolsonaro. "Além de ter conhecimento das tratativas, Bolsonaro atuou fortemente para construir, viabilizar, articular e insuflar a intentona golpista", diz o parlamentar. •

Bolsonaro tratou das condenações ao abordar o caso de uma bolsonarista que o recebeu na cidade de Chapecó usando tornozeleira eletrônica, medida restritiva alternativa à prisão aplicada à maioria dos investigados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. "Me cortou o coração quando uma senhora de 40 e poucos anos me mostrou o seu tornozelo. Uma tornozeleira eletrônica", disse. "Algo que realmente nos choca. Pela violência, pela maldade como trataram essas pessoas".

Ele declarou que as penas foram muito acima do razoável diante dos delitos cometidos. "Alguns erraram ao invadir prédios públicos", disse. "As penas estão longe do que foi apresentado contra eles". E se contradisse diante do que sempre pregou durante a campanha eleitoral de 2022, quando atacou a Justiça Eleitoral e insinuou que as urnas eram passíveis de fraude.

"Nós devemos, se queremos viver democracia, respeitar a lei, respeitar o devido processo legal, individualizar a conduta de

cada um e não no atacado. Ao querer fazer Justiça cometer uma grande injustiça com nosso país", afirmou o ex-presidente. Bolsonaro foi condenado em junho pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e está inelegível pelos próximos oito anos. O ex-presidente foi alvo de processo em que o PDT o acusou de ter cometido abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicações durante uma reunião com embaixadores no Palácio da Alvorada, em julho de 2022, em que fez ataques ao sistema eleitoral.

Em setembro, o STF começou em setembro a julgar os primeiros réus dos ataques de 8 de janeiro, quando houve uma tentativa de Golpe de Estado. Os primeiros três condenados foram Matheus Lima de Carvalho Lázaro, Aécio Lúcio Costa Pereira e Thiago de Assis Mathar. Os dois primeiros pegaram 17 anos de prisão, enquanto o último foi sentenciado a 14 anos.

Entre os crimes imputados aos três estão associação criminosa armada, abolição violenta

do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça, com o uso de substância inflamável, e deterioração de patrimônio tombado.

Além deles, outros três acusados foram condenados em julgamento no plenário virtual, a penas que variam de 12 a 17 anos de prisão. Outros dois julgamentos, com maioria pela condenação, foram suspensos e enviados ao plenário físico, após destaque apresentado pelo ministro André Mendonça. Atualmente, mais seis casos estão sendo analisados pela Corte.

A maioria dos denunciados por participação no 8 de janeiro podem fechar acordo de não persecução com Procuradoria-Geral da República (PGR). Segundo a PGR, 1.125 denunciados têm direito ao acordo. Para isso, precisam confessar os crimes e se comprometer com o pagamento de multas, além de prestar serviços à comunidade, deixar de usar redes sociais e ainda participar de um curso sobre democracia. Com isso, seus processos ficariam suspensos. •



Adobe Stock

ALTA DO PIB ACIMA DA MÉDIA

Depois do atraso, país toma o rumo do crescimento. Efeito Lula: FMI vê alta de 3,1% do PIB do país em 2023. Enquanto isso, IPCA está em 0,26% em setembro, abaixo do esperado

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2023 deve ser "mais forte que o esperado": de 3,1%. É o que aponta o relatório "Perspectivas da Economia Mundial", divulgado na terça-feira, 10, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), após revisão do índice previsto em julho, de 2,1%. Outra boa notícia é que a inflação oficial brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu 0,26% em setembro, após alta de 0,23% em agosto. As informações são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outra boa expectativa para a

economia brasileira é a possibilidade de o Brasil registrar em 2023 o maior superávit comercial da história. É o que estima a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade projeta que o país deve chegar ao final de ano com exportações superiores a US\$ 331 bilhões, e importações de US\$ 257,3 bilhões. O saldo positivo estimado será de US\$ 73,7 bilhões.

Segundo a CNI, o comércio exterior brasileiro vem apresentando uma dinâmica favorável, que contribuirá positivamente para o crescimento do PIB em 2023. No acumulado até setembro, as exportações permanecem estáveis, com queda de 0,1% em relação ao mesmo período de 2022.

Mas, ainda assim, atingiram US\$ 253 bilhões, o segundo maior valor exportado para os primeiros nove meses do ano, considerando a série histórica, que tem início em 1997.

Isso tudo explica porque a economia em 2023 está com um horizonte positivo. Isso é resultado do trabalho do governo do presidente Lula. Sobre a previsão de alta do PIB estimada pelo FMI, caso a projeção se confirme, a expansão neste ano será maior que a de 2,9% de 2022. O documento destaca ainda que o crescimento do PIB brasileiro apresenta ritmo superior ao de 3% esperado para a economia global neste ano.

O relatório do FMI foi apre-

sentado pelo economista-chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas, em Marrakesh, no Marrocos. A avaliação é que a estimativa confirma o acerto das políticas do governo Lula para fortalecer a produção no campo, reindustrializar o país e gerar emprego e renda. Tudo para fazer a roda da economia girar.

“A revisão em alta para 2023 desde julho reflete um crescimento mais forte do que o esperado no Brasil, impulsionado pela agricultura dinâmica e serviços resilientes no primeiro semestre de 2023”, aponta. De acordo com o FMI, o consumo também se manteve forte, apoiado por medidas de estímulo fiscal. O órgão revisou para cima a projeção do PIB brasileiro para 2024, e prevê uma expansão de 1,5% – em julho, o índice previsto foi de 1,2%.

Também o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que a economia brasileira iria crescer acima das expectativas. Na semana passada, o banco dobrou a previsão de crescimento do PIB brasileiro em 2023, de 1,2%, em junho, para 2,6%, em outubro. Já a ONU estima um aumento de 3,3% neste ano, acima da taxa global, de 2,4%.

A inflação se espalhou menos pelos itens que compõem o IPCA em setembro. O chamado Índice de Difusão, que mede a proporção de bens e atividades que tiveram aumento de preços, caiu para 42,7% no nono mês de 2023, de 53,1% em agosto, menor percentual desde julho de 2017 (41,8%), segundo cálculos do Valor Data considerando todos os itens da cesta.

Excluindo alimentos, grupo considerado um dos mais voláteis, o indicador também mostrou uma menor abrangência das altas de preços, de 61,2% para 44%, menor desde maio de 2020 (36,8%) por esses parâmetros. •



Diogo Zacarias/MF

AJUDA FINANCEIRA Haddad e Dilma formalizaram o financiamento em Marraquexe, onde participaram de reunião do FMI e Banco Mundial

US\$ 1 BI AO BRASIL

Dilma e Haddad assinam contrato durante reunião do Banco Mundial, em Marraquexe. Outros US\$ 84 milhões vão para o projeto “Aracaju, Cidade do Futuro”

O governo brasileiro assinou na quinta-feira, 12, em Marraquexe, no Marrocos, um contrato de empréstimo de US\$ 1 bilhão com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o chamado Banco do Brics. A cerimônia de assinatura contou com a presença da presidenta do NDB, Dilma Rousseff, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e foi realizada em Marraquexe, no Marrocos. A operação atende a um pedido do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A solenidade ocorreu no país africano porque Dilma e Haddad participam de um encontro promovido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial no Marrocos, junto com outros ministros das Finanças e chefes dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

O financiamento foi aprovado em julho de 2020 pela diretoria do NDB. Era considerada uma ferramenta para o governo brasileiro assegurar resposta no combate à pandemia da COVID-19

e permitir investimentos para a retomada econômica. Apesar disso, desde aquele período, os recursos não haviam sido resgatados. O Brasil é o país-sócio do NDB que menos acessou recursos.

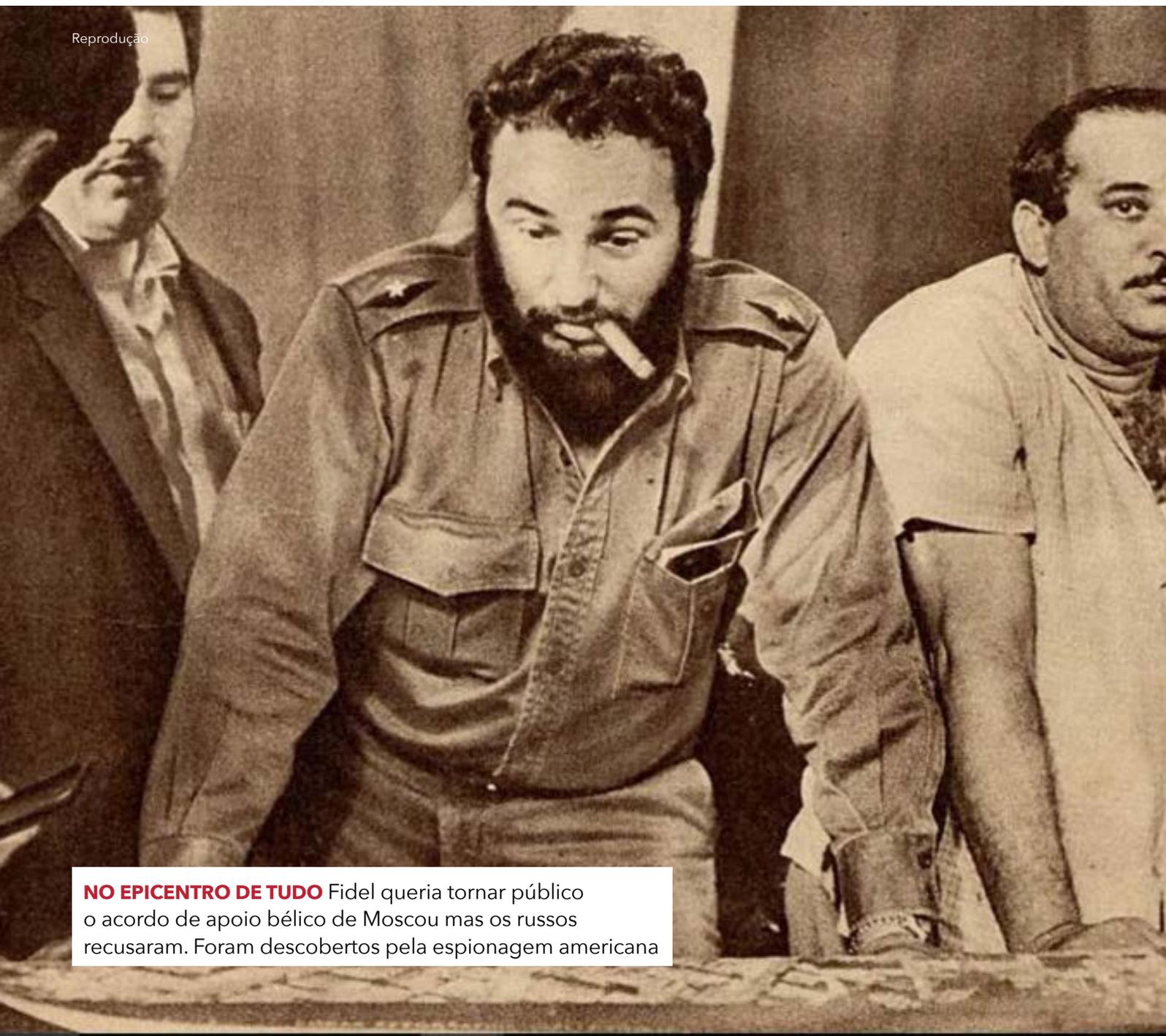
Durante a pandemia, o NDB aprovou empréstimos aos outros quatro integrantes: Rússia, Índia, China, África do Sul. Só o Brasil não havia feito ainda uso do dinheiro destinado à emergência da pandemia até o início de 2023. Os recursos permaneceram no banco sem que o governo Bolsonaro formalizasse a operação de crédito. Lula optou por tomar os recursos, cujo prazo de pagamento de 30 anos, com juros de 1,64% ao ano.

Dilma e Haddad ainda assinaram outro empréstimo, de US\$ 84 milhões para financiar o projeto ‘Aracaju, cidade do Futuro’, que moderniza a infraestrutura e busca melhorar as condições de vida da população, aumentando a cobertura de saneamento, pavimentação de ruas, eliminando áreas com risco de inundação. •

À BEIRA DA GUERRA NUCLEAR

Crise dos mísseis colocou o mundo em suspense, quando armamentos soviéticos foram deslocados para Cuba e um avião dos EUA é abatido. Para superar o impasse, Kennedy propôs a retirada das armas na ilha e na Turquia. E Nikita Krushev topou

Reprodução



NO EPICENTRO DE TUDO Fidel queria tornar público o acordo de apoio bélico de Moscou mas os russos recusaram. Foram descobertos pela espionagem americana

Armamentos nucleares soviéticos de alcance médio são revelados em Cuba, em 16 de outubro de 1962. O governo dos EUA divulga fotos aéreas do país caribenho, revelando a existência de aproximadamente 40 silos para abrigar mísseis nucleares. É o início da chamada 'Crise dos Mísseis'. Oito dias depois, o presidente John Kennedy iria à televisão e revelaria ao mundo que a União Soviética instalara armamentos nucleares na ilha situada a 150 quilômetros de Miami.

As armas eram a resposta do governo soviético às cinco bases instaladas na Turquia em abril, pelos Estados Unidos, capazes de lançar mísseis sobre as cidades do sul da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e destruí-las. Além disso, a potência do ocidente havia reiniciado os testes atômicos no Pacífico, o que contrariava o governo de Nikita Krushev. A Casa Branca vinha intensificando as operações navais no mar do Caribe, com o intuito de intimidar o governo cubano.

Contra as bases norte-americanas na Turquia, Cuba era o único país que oferecia a Moscou as condições geopolíticas estratégicas para o revide. Para a URSS, perder Cuba significaria um golpe na capacidade de negociação de Moscou, além de prejudicar a imagem internacional do regime. Para Cuba, os armamentos soviéticos eram uma forma de prevenir novos ataques dos EUA, como a fracassada tentativa de invasão à baía dos Porcos, ocorrida em abril de 1961.

Em maio, a União Soviética apresentara a Cuba a proposta de instalação dos armamentos na ilha. No final de agosto, Fidel

Castro enviara Ernesto Che Guevara a Moscou para apresentar as condições cubanas para o acordo. Nele, estavam previstos, além do fornecimento dos 140 mísseis de defesa aérea e outros armamentos, a instalação de cinco regimentos com 60 mísseis e 40 rampas para lançamento de mísseis, quatro regimentos motorizados, dois batalhões de tanques, mais de 250 carros blindados, modernos aviões de caça, 42 bombardeiros, foguetes Luna com cargas nucleares, 12 unidades de defesa antiaérea e mais de 40 mil soldados.

O plano da União Soviética incluía ainda a construção de uma base de submarinos e sete porta-foguetes com ogivas de 1 megaton. Guevara queria que o acordo se tornasse público, mas o Kremlin recusou.

Quando a CIA descobriu o transporte desses armamentos, o governo dos EUA oscilou entre intervir militarmente ou não. Uma ação drástica contra as instalações soviéticas provocaria ações similares contra as numerosas bases norte-americanas, particularmente na Turquia e no sul da Itália.

Kennedy sempre fora contrário a uma intervenção direta, mas o Partido Republicano, na oposição, o manteria pressionado, passando aos senadores e à imprensa informes sobre as instalações militares que a URSS construía em Cuba.

A política interna norte-americana teria peso significativo na crise. O país estava em plena campanha eleitoral, e o Partido Democrata, desmoralizado, desde a fracassada invasão da baía dos Porcos. O objetivo de Kennedy era superar a crise para, assim, obter maioria democrata no Congresso, assegurar sua re-

eleição em 1964 e, se possível, transmitir o cargo ao irmão Robert Kennedy em 1968.

De olho nesse cenário, Kennedy ponderou que o objetivo imediato não era derrubar Castro, mas remover os mísseis instalados em Cuba, o que só seria alcançado pela guerra ou pela diplomacia.

A crise dos mísseis soviéticos em Cuba entraria para a história como o momento mais tenso e dramático da Guerra Fria, que atingiria o ponto máximo no "sábado negro", dia 27, quando seria abatido um dos aviões-espiões americanos que faziam incursões sobre a ilha. Nas horas seguintes, a iminência de uma Terceira Guerra Mundial, agora nuclear, pairava no planeta.

A diplomacia, felizmente, venceu naquele instante. Kennedy aceitou a sugestão do embaixador norte-americano na ONU, Adlai Stevenson, e ofereceu a Krushev um acordo: os soviéticos retirariam os mísseis nucleares de Cuba e, em troca, os norte-americanos removeriam os mísseis do território turco. Ficava acordada também a revogação do bloqueio naval do Atlântico a navios soviéticos, e ainda o compromisso de não invadir a ilha caribenha. Em 28 de outubro, Krushev aceitou a proposta.

Os EUA, a União Soviética e o Reino Unido assinariam, no ano seguinte, um acordo que permitiria apenas testes nucleares subterrâneos, proibindo explosões na atmosfera, em alto-mar e no espaço.

Em 1968, seria aprovado o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), pelo qual os países detentores de artefatos nucleares se comprometeriam a limitá-los, e os não detentores ficariam proibidos de desenvolvê-los. •



18 de outubro de 1961

BANCÁRIOS ENTRAM EM GREVE NO PAÍS

Os bancários deflagram em todo o país a “greve da dignidade”, que dura oito dias e, com a mediação do primeiro-ministro Tancredo Neves e do ministro do Trabalho, Franco Montoro, obtém importantes conquistas: reajuste imediato de 40% e outros 10% a partir de 1º de abril do ano seguinte.

A paralisação foi produto de um longo trabalho de organização promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), que reunia bancários e securitários de todo o país – uma categoria estimada, na época, em 150 mil trabalhadores.

O primeiro passo para a organização dos trabalhadores foi a realização, em março de 1960, da 1ª Convenção Nacional dos Bancários, que elaborou uma primeira pauta de reivindicações e

convocou a categoria a discuti-la.

Além do imediato aumento salarial de 50% e mais 7% ao ano, os bancários definiram outros itens de negociação, como estabilidade no emprego a partir de dois anos de serviço e fim do expediente aos sábados. O início da campanha nacional foi marcado oficialmente para 1º de abril do ano seguinte.

Em maio, a 2ª Convenção dos Bancários preparou a paralisação, finalmente deflagrada em 18 de outubro. A polícia cercou as agências, e os trabalhadores ocuparam as ruas com passeatas e piquetes. O movimento se prolongaria até o dia 26, provocando uma corrida da população aos bancos e a ação do governo parlamentarista para encontrar uma solução negociada, diante da intransigência dos banqueiros.



Outubro de 1967

TROPICÁLIA DE GIL E CAETANO INOVA FESTIVAL DE MÚSICA

As modernas canções de Gilberto Gil (“Domingo no Parque”) e Caetano Veloso (“Alegria, Alegria”) são a grande novidade do 3º Festival de Música Popular Brasileira da TV Record. O prestigiado concurso musical foi vencido por Edu Lobo e Capinam, com “Ponteio”, defendida pelo próprio Edu e Marília Medalha.

“Domingo no Parque” foi tocada com os Mutantes, no Festival da Canção de 1967, quando Gil eletrifica um baião, juntando a tradição da MPB com a ebulição do rock influenciado pelos Beatles. A canção levou o 3º lugar, atrás de “Travessia”, de Milton Nascimento.

A canção começa numa narração contida de Gil e vai tomando outras proporções, quando entram as vozes de Rita Lee e os Mutantes, berimbau, guitarra e uma orquestra conduzida por Rogério Duprat. A letra vai se desenvolvendo, descrevendo o passeio no parque de uma moça, Juliana, e dois amigos, José e João. Eles disputam a atenção e o amor da garota e a história desenrola numa tragédia: José golpeia João com uma faca. O domingo no parque resultou em assassinato, por ciúme.



A apresentação da canção é considerada o início do tropicalismo, um movimento vanguardista na MPB. No mesmo festival, a outra canção impressionante é “Alegria, Alegria”, canção de Caetano, inspirada por “A banda”, de Chico Buarque: uma marcha pop com elementos de rock.

Assim como a música de Gil, a letra tem estrutura cinematográfica, com direito a citação de Jean-Paul Sartre -- “nada nos bolsos e nada nas mãos”. A canção foi executada pelo grupo argentino Beat Boys, com arranjo influenciado pelo trabalho dos Beatles.

Os festivais dos anos 60 projetaram outros jovens e talentosos compositores, como Chico Buarque, Geraldo Vandré, Sergio Ricardo e Paulo César Pinheiro. Os eventos reuniam vibrantes torcidas na plateia e eram acompanhados com atenção pela TV em todo o país, mesmo chegando em videotape, com semanas de atraso, na maioria das cidades brasileiras.

Consagrados no Festival, Gil e Caetano formariam o movimento tropicalista com Os Mutantes, Tom Zé, Gal Costa, Carlos Capinam, Torquato Neto, o maestro Rogério Duprat e outros.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



22 de outubro de 1969

CHEFE DO SNI, MÉDICI É ‘ELEITO’ PRESIDENTE

O Congresso Nacional é reaberto depois de dez meses de fechamento para a indicação do ex-chefe do SNI, general Emílio Garrastazu Médici, como terceiro general presidente da ditadura.

A farsa da eleição indireta foi uma exigência de Médici para assumir o comando e por fim à crise de autoridade da Junta Militar instalada em 31 de agosto. Na realidade, ele havia sido escolhido em setembro, numa consulta aos oficiais-generais das Forças Armadas.

Um dos principais inspiradores do Ato Institucional nº 5 (AI-5), Médici pôs em prática as arbitrariedades previstas no ato de 13 de dezembro de 1968, com o objetivo de sufocar toda e qualquer oposição à ditadura, liquidar a resistência das organizações revolucionárias e impor a aceitação do regime.

As armas usadas pela ditadura foram a violência, a tortura, os assassinatos de presos políticos, a censura e a propaganda. Valia tudo para viabilizar o terror de Estado. Para atingir esses objetivos, Médici contou também com o crescimento acelerado da economia, à base de um endivida-

mento externo que levaria o país à falência anos depois. O desenvolvimento econômico ajudou a isolar politicamente a oposição e favoreceu a criação de uma onda de ufanismo no Brasil.

O primeiro ato do seu governo, antes mesmo da posse oficial, foi a criação dos DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna). Subordinados ao Ministério do Exército, os órgãos reproduziram em todo o país a estrutura da Operação Bandeirante (Oban) paulista, centralizando as informações e a repressão às organizações revolucionárias e a todos os opositores.

A exemplo da Oban, a principal ferramenta de trabalho dos civis e militares do DOI-Codi seria a tortura. O mais famoso deles foi o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI de São Paulo. Em 1986, já no governo José Sarney, Ustra seria denunciado por uma de suas vítimas - a atriz e então deputada Beth Mendes, presa e torturada no DOI-Codi em 1970. Ele também torturou a jovem Dilma Rousseff, que integrava grupos de resistência ao regime.

20 de outubro de 1993

ESCÂNDALO: CPI INVESTIGA ATUAÇÃO DOS 'ANÕES DO ORÇAMENTO DA UNIÃO'

O Congresso Nacional instala, em 20 de outubro de 1993, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o desvio de verbas públicas. O escândalo envolveu diversos políticos acusados de manipular emendas apresentadas à Comissão do Orçamento. A CPI representou um marco político para o país por ter sido a primeira vez que os parlamentares investigaram seus próprios colegas.

O esquema de corrupção desviava recursos do Orçamento da União destinados a obras de assistência social para entidades fantasmas controladas por parlamentares. Os chamados "Anões do Orçamento", como ficaram conhecidos os sete deputados da comissão (coincidentalmente, todos tinham baixa estatura física), também faziam acordos com empreiteiras para a inclusão de emendas para obras de infraestrutura. O líder do esquema era o deputado João Alves (PPR). Dos 18 parlamentares acusados de participar do escândalo, seis foram cassados, oito foram absolvidos e quatro renunciaram.

O funcionamento da CPI tumultuou a vida parlamentar, paralisando a atividade legislativa e contribuindo para o fracasso da revisão constitucional previs-



ta pela Assembleia Constituinte para atualizar artigos da Constituição de 1988.

Como resultado da CPI, algumas medidas foram adotadas para garantir transparência à tramitação da lei orçamentária. Entre elas, o rodízio dos integrantes da Comissão do Orçamento para evitar a formação de feudos como o que foi mantido pelos "anões". Quase todos eram do chamado baixo clero, mas alguns integravam a elite parlamentar, como o ex-líder do PMDB Genebaldo Correia (BA), o vice-líder Cid Carvalho (MA), amigo de Ulysses Guimarães, e o ex-ministro Aníbal Teixeira.

O mais importante dos envolvidos foi o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), um dos cassados. Ele presidira a Câmara pouco antes, conduzindo a votação da licença para a abertura do processo de impeachment de Fernando Collor de Mello. Sua inclusão deveu-se principalmente à compra de um carro de Genebaldo Correia. Em 2000, o Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou o processo em que Ibsen era acusado de sonegação fiscal. Após recobrar os direitos políticos, o político se elegeu vereador (2004) e deputado federal (2006). Ele morreu em 2020.

17 de outubro de 1985

SOB A LIDERANÇA DE CHICO MENDES, SERINGUEIROS CRIAM CONSELHO NACIONAL

Durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na Universidade de Brasília, é fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), organização representativa dos trabalhadores agroextrativistas.

O órgão surge sob a liderança do dirigente sindical acreano Chico Mendes, reunindo asso-

ciações, cooperativas e sindicatos em defesa dos interesses dos povos da floresta. Chico Mendes tornaria-se uma referência internacional na área do ambientalismo e receberia da ONU em 1987 o Prêmio Global 500.

Nos anos 1970, grandes áreas da floresta amazônica haviam sido vendidas para empresas,

desmatadas e transformadas em pastagens. Os habitantes da região, especialmente os seringueiros, passaram a reivindicar então a criação de reservas extrativistas - áreas pertencentes à União, que não poderiam ser vendidas e garantiriam o usufruto aos que nelas viviam e trabalhavam.



Ricardo Stuckert

17 de outubro de 2006

DURANTE O GOVERNO LULA, A PETROBRÁS DESCOBRE PETRÓLEO NO PRÉ-SAL

A Petrobrás anuncia a descoberta de vastas reservas de petróleo e gás natural na camada geológica do pré-sal. As estimativas iniciais apontam para a existência de 5 bilhões a 8 bilhões de barris de óleo leve, a profundidades que podem chegar a 7 quilômetros, em águas a 300 quilômetros da costa brasileira.

Essas estimativas de reserva seriam recorrentemente ampliadas nos anos seguintes, atingindo 80 bilhões em 2010 e 176 bilhões de barris de óleo leve em 2015. Entre a descoberta e o incremento da exploração e produção de petróleo ocorreram nos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff.

Os centros de pesquisa da Petrobrás precisariam desenvolver tecnologias inovadoras para superar os desafios trazidos pelas reservas do pré-sal, relacionados às condições do oceano, à ne-

cessidade de perfurar 2 quilômetros de duras camadas de sal e à alta pressão atmosférica nos reservatórios.

Seriam necessários 30 meses de trabalho entre o primeiro teste, em outubro de 2006, e a primeira perfuração comercial, em 1º de maio de 2009, no campo de Tupi (futuro campo de Lula), na Bacia de Santos, no litoral de São Paulo.

As tecnologias desenvolvidas pela companhia nesse período reduziram em 54% o tempo para perfuração de novos poços, além de produzir novos tipos de dutos de coleta e gerar procedimentos mais sustentáveis de separação e de injeção de gás carbônico.

As riquezas do pré-sal provocariam uma série de debates e negociações políticas entre a União e os diferentes estados acerca da destinação e propriedade dos royalties do petróleo. Também levariam o governo federal a propor

uma lei, aprovada pelo Congresso Nacional, que alteraria o regime de concessão, adequado para a exploração em áreas de maior risco, para o da partilha, próprio para campos de baixo risco e alta presença de óleo e gás.

A produção diária de petróleo no pré-sal passaria da média aproximada de 41 mil barris por dia (bpd), em 2010, para 1 milhão de bpd em meados de 2016 – crescimento de quase 24 vezes –, isso apenas dois anos depois de atingir 500 mil bpd.

Em 2023, a Petrobras bateu novo recorde trimestral de produção na bacia do pré-sal, de abril a junho, chegando a 2,06 milhões de barris de óleo equivalente por dia. O volume representa 78% da produção total da companhia e supera o recorde anterior de 2,05 milhões de barris de óleo equivalente por dia, registrado no primeiro trimestre de 2023.

MILTON NASCIMENTO EM VIAGEM PELA AMÉRICA DO SUL

Historiadora analisa as relações da música de Milton com a latinidade musical, poética e política

Bia Abramo

O disco é *Clube de Esquina 2*, álbum duplo. Na faixa 2, do disco 2, ouve-se por alguns segundos uma introdução com sabor caribenho (maracas, percussão) e sobre a voz de Chico Buarque: “El nacimiento de un mundo se aplazó por un momento/ Un breve lapso del tiempo, del universo un segundo/ Sin embargo parecía que todo se iba a acabar/ Con la distancia mortal que separó nuestra vidas.” Milton entra na terceira estrofe; na quinta, Chico e Milton fazem dueto em franco portunhol e na sétima, em bom português, o tom sobe: “A história é um carro alegre/ Cheio de um povo contente/ Que atropela indiferente/ Todo aquele que a negue.”

No “Clube de Esquina 2”, lançado em 1978, Milton Nascimento, vindo de uma admirável se-



quência de 11 LPs em 11 anos, escancara nessa canção pelo menos duas características essenciais de sua música: a politização pelos laços da solidariedade e da empatia e suas aproximações com os ritmos e a poética latino-americana. Em "Milton Nascimento nos Trilhos da América Latina", a pesquisadora Fernanda Paulo Marques propõe uma leitura intrigante da presença da música latina na construção do Milton cantor, compositor e, muitas vezes, co-produtor de seus discos.

O trabalho minucioso da historiadora e musicóloga se detém, especialmente, na análise dos seis discos de estúdio lançados entre 1970 e 1978 ("Milton", "Clube de Esquina", "Milagre dos Peixes", "Minas", "Geraes" e "Clube da Esquina 2"). Não é uma década ordinária, nem na história recente do Brasil nem na história da música popular brasileira. Muito menos, de acordo com a autora, um acaso que os chamados de Milton para os "outros" latinos tenha se concentrado nessa década.

Revelado, como tantos grandes nomes de sua geração, pelos festivais de música do final dos anos 1960 com "Travessia" (ganhou festival da Record em 1967), Milton Nascimento se tornaria, ao lado de Chico Buarque, do grupo tropicalista e de Elis Regina, um dos artistas essenciais da música brasileira na década de 1970. Dono de um projeto autoral de canção, centrado na potência e no alcance absurdo de sua voz, ele faria uma intervenção na MPB de "fé cega, faca amolada". Com um grupo de amigos compositores e instrumentistas, que autodenominaram como o "clube da esquina", fizeram história em 1972 com "Clube de Esquina", um outro álbum duplo e conceitual que trazia uma sonoridade completamente diversa daquilo que se produzia no eixo Rio-Salvador.

O ponto de inflexão de Milton tinha vindo no disco anterior, intitulado apenas como "Milton" (1970), produzido pelo amigo de adolescência e parceiro Wagner Tiso, à época também integrante do coletivo de jazz rock psicodélico Som Imaginário. Com em que o perfil estilizado de um Milton black power de destaca no fundo branco, o cantor passeia à vontade entre reminiscências da Minas-matriz, a bossa nova e a, de certa forma, a novidade dos Beatles, justamente na canção-manifesto em que afirma em tom de desafio/homenagem, para John e Paul: "Eu sou da América do Sul/Eu sei, vocês não vão saber/Mas agora eu sou cáuboi/Sou do ouro, eu sou vocês/Sou do mundo/Sou Minas Gerais".

Depois de "Clube da Esquina", Milton acaba por ocupar o espaço de uma grande Minas Gerais no meio da música brasileira: como o estado, ele é grande, urbano e rural, antigo e moderno, variado e insular. Cabe todo no grande e complexo universo musical de Milton; queridíssimo por Elis Regina, reverenciado por Caetano, Chico, Gal, ele é, ao mesmo pop e sofisticado, afeito ao experimentalismo e fincado na tradição. E, ao lado de tudo isso, está interessado em universos musicais que chegam ao Brasil por diversos caminhos. Um deles, o árduo caminho do exílio político.

Na década de 1970, com os golpes militares que instauraram ditaduras Cone Sul - Chile e Uruguai e, 1973 e na Argentina em 1976 -, as grandes cidades brasileiras como Rio e São Paulo se tornaram portos mais ou menos seguros para quem tinha escapado à repressão em seus países. Além disso, o destino trágico e em comum aproximou culturalmente o Brasil, que também vivia uma ditadura militar desde 1964, dos países da América Latina de

língua espanhola. A "Nueva Canción" dos países andinos se tornou, aqui, uma música também da resistência à ditadura. Entre os artistas brasileiros da MPB, um dos que mais refinou essa relação com a latinidade musical foi justamente Milton Nascimento

O livro de Fernanda Marques faz todo esse mapeamento da imbricação das composições e da musicalidade de Milton com a América Latina no recorte preciso da década, analisando álbum por álbum os aspectos musicais e extramusicais que estão em jogo. Ainda que a autora se apoie em conceitos da teoria decolonial e, sobretudo, nos estudos sobre identidade e diáspora negra do antropólogo Édouard Glissant para construir uma moldura analítica, não se trata de obra de espessura acadêmica excessiva. Antes, é um passeio (ou uma "viagem musical", como propõe o subtítulo) pelas muitas curvas que compõem uma estrada imaginária que liga Três Pontas a Buenos Aires, Santiago do Chile ao Beco do Mota, os Andes aos Geraes.

E, numa travessia bem fundamentada, talvez a grande contribuição do livro de Fernanda Marques seja, justamente, revelar como essa travessia poética e musical de Milton Nascimento revelava uma grande preocupação política, ainda que numa concepção mais ampla do que aquela oferecida pela canção de protesto ou das que pretendia politizar as massas pela canção. Nessa construção mais sutil, mais feita da solidariedade na opressão colonial, das identificações étnicas transversais do homem negro brasileiro com outras identidades minoritárias do que de uma militância pela música, se reabre um debate nunca acabado, e sempre atual, de como pode ser variado, criativo e mesmo transformador o engajamento do artista nas questões de seu tempo. •



JANELA PARA A DIVERSIDADE

Maria Augusta Ramos conta o desafio de transformar a grade da TV Brasil, depois do governo anterior, de ultradireita. “A grade atual da TV Brasil conta hoje com 78% de conteúdo brasileiro em sua programação, contra 40% até 2022”

Bia Abramo e Guto Alves

Atendendo ao convite de Antônia Pellegrino, Diretora de Conteúdo e programação da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC, a documentarista Maria Augusta Ramos aceitou o desafio e assumiu a Gerência-Executiva de Conteúdo da estatal, atuando ao lado de Pellegrino. “A televisão pública precisa ser uma janela aberta a narrativas diversas”, defende a cineasta.

Câmeras e gravações não são

o desafio para a diretora. Maria Augusta tem no currículo documentários como “O processo” (2018), sobre o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que pode ser visto no serviço de streaming Netflix. Também dirigiu “Amigo secreto” (2022), sobre o vazamento de mensagens trocadas pelo ex-juiz Sergio Moro – o escândalo conhecido como Vaza Jato – narrando como procuradores e autoridades atuaram fora da lei durante a Operação Lava Jato. Este documentário pode ser visto pelos assinantes da Globoplay.

Aos poucos, a grade da TV Brasil tem mudado, apresentando cada vez mais conteúdo produzido no país. Hoje, a emissora exibe em sua programação 78% de conteúdo brasileiro, contra 40% da gestão anterior. “Isso dá a medida da mudança que estamos implementando aqui”, aponta Maria Augusta. A meta é ousada: fazer da TV Brasil um polo de produção e um espaço de difusão de conteúdo produzido no Brasil.

No bate-bola abaixo, Maria Augusta conta um pouco de como tem sido seu trabalho, os

lançamentos mais recentes do canal e dos projetos para a TV Brasil, como lançamento de editais e nova grade. E o retorno do 'Sem Censura', um dos programas de maior sucesso da casa. Leia a seguir os trechos da conversa com a **Focus Brasil**:

Focus Brasil – Como tem sido a experiência de trabalhar com a ideia de uma TV Pública?

Maria Augusta Ramos – Tem sido um enorme desafio. Uma TV pública comprometida, com programação de qualidade, inclusiva, capaz de representar a diversidade de um país de enormes complexidades como é o Brasil é uma demanda antiga da sociedade brasileira. Mas, sobretudo para nós, que trabalhamos na produção audiovisual, na cultura. Eu cheguei aqui, a convite da Antonia Pellegrino, diretora de Conteúdo e Programação da TV Brasil, para participar de um projeto que considero importante e sobretudo necessário. Tem sido um grande aprendizado.

– Como você definiria os objetivos e linhas de conteúdo desse novo momento da TV Brasil?

– A grade atual da TV Brasil conta hoje com 78% de conteúdo brasileiro em sua programação, contra 40% do período anterior. Isso dá bem a medida do tamanho da mudança que estamos implementando aqui e da principal das nossas prioridades: fazer da TV Brasil não apenas um polo de produção, mas um espaço de difusão do conteúdo produzido no Brasil. Vivemos, em um período recente, um verdadeiro boom da produção audiovisual no Brasil, sobretudo com as políticas de incentivo da Agência Nacional do Cinema (Ancine), e do fundo setorial com a Lei da TV Paga. É importante que a televisão pública seja uma referência na difusão

dessa produção e é importante que a TV Brasil ocupe um lugar de referência, para onde a população possa olhar e saber que encontrará conteúdo de qualidade e com o qual possa se identificar.

– Qual o maior desafio hoje na construção da nova grade?

– Acho que o grande desafio é redesenhar uma programação depois de um período de asfixia, não apenas da emissora, mas de todo o setor audiovisual brasileiro. E dentro de um momento de transição tecnológica, de uma mudança na relação das pessoas com os conteúdos. O desafio, no meio disso tudo, é reconstruir a credibilidade da TV Brasil, fazer com que a população olhe para cá e se reconheça.

– Está na perspectiva da TV Brasil a produção de programação de ficção de produção própria?

– Não nesse primeiro momento. Estamos investindo agora em programas de entrevista, musicais e documentários. Temos trabalhado bastante na aquisição de conteúdo nacional independente, de ficção e documentário. Alguns dos filmes brasileiros mais premiados dos últimos anos foram adquiridos e já estão em cartaz nessa nova grade, como "Aquarius" (2016), de Kleber Mendonça Filho, "A febre" (2019), de Maya Darin, "Los silencios" (2019), de Beatriz Seigner, entre outros. Acreditamos que essa pode ser uma janela importante para o cinema brasileiro, atuando também na formação de público.

– Há nos planos da TV Brasil publicação de edital para a grade de programação?

– Sim. Tivemos há algum tempo essa iniciativa inovadora que foram os editais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (Prodav)

voltados para a televisão pública. Estamos nesse momento em contato com os produtores, recebendo programas contemplados na última edição do programa, abandonado pelo governo anterior. Alguns desses programas já estão na nova grade e outros serão lançados ao longo dos próximos meses. E para o próximo ano, queremos retomar esses editais, para aprofundar a relação da emissora com a produção independente e permitir que a emissora seja vista como uma janela importante de difusão desse conteúdo.

– Como documentarista, como vê a possibilidade da TV Brasil também poder se firmar como uma grande narradora do país?

– A televisão pública precisa ser aqui, como é em muitos países, uma janela aberta a olhares diversos, a narrativas diversas.

– O que você destacaria para nós hoje da nova grade de programação?

– Nós lançamos dois programas próprios nesse primeiro mês da nova grade: o "DR com Demori", ou "Dando a Real com Demori", um programa de entrevistas feito pelo jornalista Leandro Demori, e o "Cine Resenha", conversa semanal com realizadores e profissionais do audiovisual que antecede o lançamento de um filme inédito na grade. Tivemos também o lançamento de uma nova versão do programa "Partituras", referência na exibição de música clássica na televisão aberta. Iniciamos também as gravações da nova temporada do Trilha de letras, repaginado e apresentado pela escritora Eliane Alves Cruz. Em breve teremos a volta do "Sem Censura", programa clássico da emissora, além de outras novidades que anunciaremos nos próximos meses. •

MORRE DOM MAURO MORELLI

Bispo foi um dos grandes responsáveis por tornar a luta contra a fome uma bandeira de luta do país. Lula lamenta, lembrando que ele ajudou a criar o Fome Zero e lutou pela redução das desigualdades

O Brasil perdeu na última semana um dos seus mais importantes líderes católicos, sempre preocupado com a desigualdade no país e sensível aos anseios do povo brasileiro. Um dos responsáveis pelo Fome Zero, dom Mauro Morelli, ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional durante o governo Itamar Franco, era um incansável homem de ideias para mudar a realidade e reduzir a desigualdade no Brasil. Dom Mauro estava internado desde a semana passada num hospital de Belo Horizonte, e morreu por complicações de uma pneumonia.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a morte do bispo, que faleceu aos 88 anos. “Soube, com grande tristeza, do falecimento desse grande amigo que lutava por um Brasil mais justo e solidário. Meus sentimentos aos irmãos de fé de Dom Mauro Morelli nesse momento de tristeza e despedida”, escreveu Lula, nas redes sociais.

Dom Mauro Morelli nasceu em Avanhadava, no interior de São Paulo, e foi criado em Penápolis. Ele estudou filosofia no Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição, no Rio Grande do Sul, e Teologia na Saint Mary’s Seminary and University, nos Estados Unidos.

Em paralelo à atuação religiosa, Morelli atuava também na



pauta de Direitos Humanos. Entre 1986 e 1990, estava à frente de um órgão consultivo da ONU para o assunto e foi um dos fundadores do Movimento pela Ética na Política.

Em 1993, diante do mapa da fome que apontava um número crescente de brasileiros que não tinham o que comer, tornou-se parceiro do sociólogo Betinho na criação de um movimento contra a fome no Brasil. Nascia a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que em 30 anos de existência distribuiu 55 mil toneladas de alimentos a 26 milhões de brasileiros.

“Criança de classe A, criança de classe B, seja qual for a crian-

ça, ela tem que estar bem nutrida, bem feliz”, disse. Dom Mauro Morelli foi ordenado sacerdote em 1965 e nomeado bispo auxiliar de São Paulo pelo Papa Paulo VI, em 1974. Em 1981, se tornou o primeiro bispo da diocese de Duque de Caxias, na baixada fluminense, nomeado pelo Papa João Paulo II. Em 2005 se tornou bispo emérito.

“Ele foi um desses brasileiros que o Brasil se orgulha de ter tido e que deixa para todos esse legado tão especial de acreditar que, através da solidariedade, a gente pode superar tanta desigualdade social que existe no nosso país”, disse Dom Gilson Andrade da Silva, bispo da CNBB. •



BRASIL

200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC
EDITORA

MADRID - 24, 25 e 26 DE NOVEMBRO DE 2023

VI EPTEX

ENCONTRO DE PETISTAS NO EXTERIOR



ORGANIZAÇÃO:



PARTIDO DOS TRABALHADORES

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



PARTIDO DOS TRABALHADORES
NÚCLEO DE MADRID



Núcleo
Lisboa



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores



NÚCLEO
Comunidade
Valenciana

Madaba Br